

ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 19-02-2018.

Aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga e Sofia Cavedon. Constatada a existência de quórum, a Presidenta declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Aírto Ferronato, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. A seguir, a Presidenta registrou o COMPARECIMENTO de Adriano Naves de Brito, Secretário Municipal da Educação, e concedeu-lhe a palavra, a fim de apresentar relatório acerca da adequação das políticas municipais ao Marco Regulatório da Educação. Em continuidade, Sofia Cavedon, Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Tarciso Flecha Negra, Luciano Marcantônio, Prof. Alex Fraga, este em inscrição própria e em tempo cedido por Fernanda Melchionna, Roberto Robaina, Moisés Barboza e Mônica Leal pronunciaram-se acerca do assunto em debate. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Rodrigo Maroni, Fernanda Melchionna e Sofia Cavedon. Após, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Adriano Naves de Brito. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e onze minutos às dezesseis horas e doze minutos. Em prosseguimento, foi apregoado o Memorando nº 009/18, de Márcio Bins Ely, informando sua participação, nos termos dos §§ 6º e 7º do artigo 227 do Regimento, nos dias vinte e um e vinte e dois de fevereiro do corrente, em reuniões do Conselho Federal dos Corretores de Imóveis, em Foz do Iguaçu – PR. Também, por solicitação de Felipe Camozzato, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Erci Zortéa Lovison, falecido no dia dezoito de fevereiro do corrente. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Aldacir Oliboni e Alvoni Medina. Às dezesseis horas e cinquenta minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, deixou-se de iniciar a Ordem do Dia. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Dr. Thiago, Mendes Ribeiro, João Bosco Vaz, este em tempo cedido por Paulo Brum, e Sofia Cavedon. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Valter Nagelstein, Marcelo Sgarbossa e Cláudio Janta. Também, foram registradas as presenças de Carla Labres dos Anjos, Vice-Presidenta do Conselho Municipal de Educação, de Ivana Genro, Secretária-Adjunta da Secretaria Municipal da Educação, de Fernanda Garcia, Professora Claudinha e Juliano Ferreira, vereadores de Guaíba – RS –, e de Ademar Ornel, vereador de Pelotas – RS. Às dezessete horas e trinta e seis minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Mônica Leal, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão

ordinária. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal, Valter Nagelstein e Mauro Pinheiro e secretariados por Cláudio Janta. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Hoje temos o comparecimento do Sr. Adriano Naves de Brito, Secretário Municipal de Educação, que abordará o assunto sobre o relatório acerca da adequação das políticas municipais ao Marco Regulatório da Educação.

O Sr. Adriano Naves de Brito está com a palavra.

O SR. ADRIANO NAVES DE BRITO: Muito boa tarde a todos, é um prazer estar aqui na Câmara de Vereadores prestando contas sobre um processo muito importante que diz respeito à rede comunitária de escolas que nós temos aqui na Prefeitura de Porto Alegre. Eu gostaria que o pessoal da comunicação pudesse projetar a apresentação que eu fiz para ilustrar esse relato que eu quero fazer à Câmara.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. ADRIANO NAVES DE BRITO: Como é do conhecimento de todos, nós tivemos, em 2014, uma nova legislação no tocante à regulação entre entes da sociedade civil e o Poder Público. A Lei nº 13.019, que é a legislação do novo Marco Regulatório para essa relação, devia vigor no Município já a partir de 2017. Quando nós assumimos, então, em 2017, nós nos deparamos com a situação de que não havia nenhum movimento entabulado para essa adaptação, não havia nenhum movimento nessa direção, e nós passamos o ano de 2017 preparando a passagem para essa nova organização e regulação jurídica das escolas face ao novo Marco Regulatório. E com isso nós estamos dando, então, consistência ao que é a rede comunitária de escolas do Município.

Vou dar um pouquinho do histórico para que vocês entendam em que ponto nós estávamos quando começamos. Nessa tabela se pode ver o ecossistema educacional de Porto Alegre. Porto Alegre tem um ecossistema variado, plural e rico no que diz respeito à oferta da educação infantil e educação fundamental, que é o que toca ao Município. Então aqui vocês podem ter uma noção da quantidade, ou do percentual que é atendido do conjunto de demandas que há para a Educação Infantil e Fundamental por cada um dos agentes envolvidos. Nós temos o Município, o Estado, que, no fundo, é o maior provedor da Educação Fundamental do Município de Porto Alegre; temos, inclusive, o Governo Federal com uma escola. No começo de 2017, não tínhamos, na verdade, nenhuma escola comunitária de educação fundamental, e o setor privado com 24%. Ali vemos, nas linhas abaixo, os percentuais da educação infantil 1, que é de zero a três anos; e da educação infantil 2, que é de quatro a cinco anos. E vemos que o maior provedor das creches de zero a três anos são da rede privada, são creches privadas. Na educação infantil, também é o setor privado, mas temos uma participação significativa.

E as comunitárias já tinham uma participação muito significativa. A rede comunitária tem uma história muito bonita. É uma história que nasce com os movimentos sociais, é uma história de décadas, ela nasce muito próxima à assistência social e, com o passar do tempo, ela foi se qualificando e se aproximando do que é uma rede ordinária de educação, uma rede de escolas. O passo que nós demos no ano passado foi um passo muito orientado a continuar e dar consistência a esse movimento, lembrando que a frequência na escola, para crianças de quatro a cinco anos, passou a ser obrigatória. Portanto, nós estamos falando, de fato, de escolas. E nós concentramos os nossos esforços em atender – e esse era o nosso compromisso e continua sendo – 100% da demanda e, neste ano, inclusive, com busca ativa para crianças da pré-escola. Então, esse era o quadro que nós tínhamos. Nós tínhamos, em 2017, cerca de 19.123 crianças atendidas, o valor médio era esse que estava aí. Em 2017, nós começamos, em agosto, depois de alguns meses de preparação, a fazer essa transição para o Marco Regulatório. Estivemos em reuniões com o Fórum de Entidades, preparando as entidades, realizamos eventos com o Tribunal de Contas para explicar a natureza do que era o Marco Regulatório. E nós conseguimos fechar então 218 termos de colaboração com as 227. Aquelas que não estão, a diferença entre 218 e 227, são entidades que ou não se qualificaram ou desistiram de oferecer o serviço. Mas nós terminamos 2017, portanto, e isso é muito importante mencionar e frisar, com 100% dos contratos da Secretaria pautados pelo novo Marco Regulatório. Fizemos a transição integral. Até 29 de dezembro, foram assinados todos os contratos, os registros ficaram agora para o início deste ano, mas nós fizemos a transição integral deste processo. Mesmo com a diminuição de cerca de dez instituições, tivemos um aumento de 1.424 vagas de acréscimo na oferta nesse sistema. Por que isso aconteceu? Porque mudamos o modo de remuneração. Ao invés de remunerar por faixa de atendimento, nós remuneramos por criança, portanto podemos aproveitar em cada instituição o que ela poderia ter a oferecer, de fato, porque ela tinha interesse de que recebesse por criança, e ela será cobrada por criança. Isso fez com que se aproveitasse o máximo do que estava disponível. Quanto mais ela atender, dentro dos limites óbvios daquilo que cabe nesta instituição e que está verificado pelos técnicos da SMED, e por isso conseguimos aumentar a oferta e o nosso compromisso era de fazer até mil vagas, aumentamos para 1.424, e podemos chegar até abril com cerca de 2.000 vagas. Estamos ainda em processo de alocação e de ofertas de vagas, mas já temos 1.424 vagas oferecidas. Esse é o quadro da oferta.

Tivemos, como mencionei, um aumento – e foi anunciado no Paço Municipal esse aumento – de 30% que pagaríamos em 2018 e mais 15% em 2019. Fizemos o aumento do repasse, em 2019 faremos mais 15%, e conseguimos, então, fazer o aumento de oferta. E esse termo foi feito com as instituições que já prestavam serviço pelo prazo de dois anos. Isso é importante explicar. A Lei nº 13.019 permite que chame um processo de credenciamento, que é dar continuidade ao que estava sendo feito. A intenção não era e não é descredenciar instituições, mas qualificá-las para que elas possam continuar a prestar o seu serviço. Nós fizemos aí uma transição, o que significa um termo de colaboração por dois anos, porque a lei obriga um chamamento

público. Daqui a dois anos, qualificadas, com aumento de 45% sobre seus repasses, elas terão condições, já, de competir no chamamento público que será feito na metade do ano que vem com vistas a 2020, aí sim, com contratos por cinco anos. Vou mencionar dois outros elementos importantes porque fizemos já contratos de cinco anos porque fizemos o chamamento público também. Então fizemos um chamamento público em 2018 de uma escola que já estava pronta e foi entregue à Prefeitura, na Rua Atílio Bilibio, no Jardim Carvalho, para 114 crianças. Cem organizações da sociedade civil concorreram, uma foi selecionada, venceu, já está de posse das chaves e vai começar a prestar os serviços; tem um contrato de cinco anos, então foi muito bem sucedido esse chamamento.

Nós fizemos também um segundo chamamento, esse para atender a demanda manifesta, foi um chamamento aberto para todas as regiões do Município. Nós tivemos uma disputa de apenas cinco organizações da sociedade civil. Por que só? Porque gostaríamos de ter mais instituições que pudessem oferecer vagas para essa demanda que nós ainda temos. As cinco foram aprovadas, e agora estamos em definição de condições de oferta para que elas possam dar as 240 vagas que estão disponíveis neste chamamento público que nós fizemos. Eu queria mencionar quais são os critérios de elegibilidade para esses chamamentos, para vocês entenderem o que pesa para essas instituições serem escolhidas: experiência, e aqui temos um qualificador de anos ofertando o serviço; plano de trabalho, aquilo que ela se dispõe a oferecer para o Município; territorialidade, que é a pertença dessa instituição a uma certa região do Município, região do Orçamento Participativo, microrregião dentro dessas regiões de Porto Alegre; e a contrapartida, aquilo que ela oferece. Nós estamos falando de um termo de colaboração, o que significa que é uma parceria de fato, eles também oferecem condições que são usadas por nós para decidir o pleito na disputa do chamamento público.

Nós temos mais uma última novidade, que é muito importante, que foi a primeira instituição comunitária de educação fundamental. A Pequena Casa da Criança é uma instituição que funciona já há muitos anos, é parceira da Prefeitura há muitos anos, oferecia vagas de educação infantil, e nós comprávamos vagas dessa instituição – comprávamos praticamente 100% das vagas da Pequena Casa da Criança. Com a possibilidade do novo Marco Regulatório, nós estabelecemos novas bases para essa relação e, portanto, instituímos a primeira escola comunitária de educação básica, porque ela oferece educação infantil e educação fundamental, até a 5ª série, num modelo que enriquece esse nosso ecossistema e que promete bastante, quer dizer, nosso interesse, desde o início, era tornar esse ecossistema mais plural no sentido de que experiências possam se alimentar mutuamente, e essa é uma possibilidade que não estava disponível. Na verdade, essa possibilidade foi tentada em diferentes partes do País e é o primeiro contrato que, de fato, vai começar a funcionar. Nós temos grandes esperanças que isso nos dê outras possibilidades, boas expectativas para o enriquecimento do nosso ecossistema.

Nós fizemos também dois outros chamamentos públicos para a educação especial, também colocando todos os seus contratos no novo Marco Regulatório. E,

finalmente, também na educação integral que atende a 6.206 vagas e que são parceiras nas nossas escolas da rede municipal para oferta de educação integral. Incluindo, portanto, 100% de todos os contratos da SMED com parceiros, já no novo Marco legal.

Então esse é o novo quadro do ecossistema. Nós temos aqui os percentuais um pouco alterados, se nós compararmos com os do início da minha fala aqui, porque tivemos um aumento de oferta de vagas pelas comunitárias e também com a introdução da Pequena Casa da Criança, como Escola Comunitária Fundamental.

Era essa a apresentação básica desse movimento. Sei que perguntas virão e então poderemos conversar sobre isso em um processo que foi extremamente rico. Nós fechamos uma parte dele: a assinatura dos Termos de Colaboração no início dos trabalhos. Mas agora temos um grande trabalho pela frente que é o de qualificação e o de parceria que começa com essas novas bases.

Fico à disposição de vocês e digo da minha alegria em poder relatar algo que eu mencionei aqui em outras oportunidades no ano passado. É um prazer relatar e prestar contas para esta Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Registro a presença da Sra. Carla Labres dos Anjos, Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação, representante da CPM Federação.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra.

A SRA. SOFIA CAVEDON: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu quero fazer a seguinte reflexão: primeiro, no tema do Marco Regulatório, nós, enquanto Comissão de Educação, acompanhamos o tema durante todo o segundo semestre. A principal crítica foi de que o decreto de regulamentação do Marco não tinha sido discutido com a sociedade civil, ele apareceu em julho, no recesso escolar do ano passado. Eu acho que nós construímos, em duas reuniões da CECE e em uma grande audiência chamada pelo Presidente, uma interlocução que não havia acontecido. É o primeiro mês de funcionamento depois de vários diálogos, e ainda não temos como ter uma medida de como vem acontecendo a execução de uma mudança da parceria, ou do convênio que já havia na educação infantil. Acho que o senhor recuperou bem de onde vem, não foi uma privatização pensada de Governo para expandir a educação infantil, foi o inverso: o atendimento que vinha da assistência social, que era feito por pais, pela assistência teve que receber do Governo Municipal uma construção nova para vir para a educação e para não se perder o protagonismo das comunidades. Em tempos de Fundef, foi a única forma que o Município encontrou para expandir a educação infantil. Depois, com o Fundeb, lentamente se retomou a construção de escola de ensino fundamental própria, e sobre ela eu gostaria de que V. Exa. pudesse dizer se há previsão... Eu sei que, no Programa Proinfância, do Governo Federal, nós tínhamos creches inacabadas, creches quase prontas, qual a perspectiva de escola infantil própria?

Sobre o novo convênio e o novo Marco Regulatório, são duas as questões, pelo menos. Uma é o tema do custo/aluno. Houve um anúncio do Secretário de um aumento de 30%, nós celebramos, porque, nesta Casa, nós trabalhamos muitos anos com a necessária mudança do custo, ou da contrapartida da educação, porque eram convênios deficitários, que mal e mal cobriam as despesas com pessoal. E me parece que isso não alterou muito. Pelos exercícios que nós acompanhamos de algumas creches que nos pediram socorro, que nos mostraram, elas tiveram que, para se adequar a um sistema eletrônico, cortar questões fundamentais, como reparos na creche, como renovação de colchonetes, especialmente as creches pequenas e médias. Como isso foi equacionado, Secretário, e isso, eu creio, também tem impacto importante. O senhor fala aqui do aumento de 1.424 vagas, deve ter tido um impacto importante nas vagas para berçário, porque o valor aluno de berçário é o mesmo que do maternal e do jardim. Nós sabemos que, para um berçário, precisa um adulto a cada cinco, seis crianças; já no maternal, 20, 25 crianças com um ou dois adultos. Então tem um custo muito diferenciado. Só as instituições maiores estavam conseguindo gerenciar isso, não era à toa que existia um *plus* para o berçário. Nós sabemos de creches, como a creche do Jardim Renascença, que fecharam os berçários, então não é possível aceitarmos uma ampliação na faixa obrigatória de quatro e cinco fechando berçários, deixando bebês ao cuidado de crianças maiores. Mas eu vou deixar esse tema para mais Vereadores levantarem.

Eu queria levantar algumas questões de início de ano letivo, Secretário, aproveitando que o senhor está aqui conosco. A rede foi surpreendida com normativas para o novo calendário escolar, que repete, mais uma vez, a não observação, o não respeito à gestão democrática. Quando o senhor pede um retorno do calendário para 26 de fevereiro, não vai permitir que as comunidades escolares, que só voltam dia 12 de março, que os pais, alunos, professores e funcionários, no seu coletivo, avaliem as novas resoluções da SMED, que são drásticas, que, por exemplo, preveem que o ano letivo vá terminar no início de 2019, uma mudança importante; a redução brutal da possibilidade de uso de sábados, sábado apenas para festividade, quando tinha muito caráter pedagógico; a redução do espaço para formação...

Então tem uma série de mudanças que não estão permitidas pela indicação da SMED, pela determinação às escolas que respondam até dia 26, que a comunidade escolar possa discutir.

E nós gostaríamos, Secretário, que não se reproduzissem questões graves como as do ano passado, como foram as mudanças e perdas profundas, eu tenho certeza que de qualidade – não vimos os resultados ainda –, porque perdemos a formação dos professores, a reunião do grande grupo, as reuniões paralelas, perdemos tempo do aluno na escola com o professor e perdemos tempo de turno integral – foi reduzido o turno integral –, porque houve falta de diálogo e de construção com as comunidades escolares. Eu não gostaria que o ano letivo começasse assim, mas, infelizmente, publicação em Diário Oficial, Secretário, de novas diretrizes, e até 26 de fevereiro ter resposta indica que não houve mudança na forma de enxergar as comunidades escolares

e construir com elas. Isso não é bom para a educação. Gostaria de ouvir do senhor o que se pode fazer de forma diferenciada. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

O SR. ADELI SELL: Ver.^a Mônica Leal, presidindo os trabalhos na tarde de hoje, Secretário Adriano e equipe, colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, educadoras e educadores, nossa saudação. Eu fico grato em poder fazer este debate com o Secretário. Acho que o Governo, no ano passado, cometeu um conjunto de equívocos; lançou um conjunto de proposições sem discutir devidamente com a Câmara Municipal e com as comunidades. O Marco Regulatório nos deixou muitas dúvidas, especialmente o decreto, não que ele tivesse algum confronto maior com a legislação federal, mas a discussão poderia ter sido bem melhor, atalhada em muitos momentos, se tivéssemos recebido um documento consistente de qual era o objetivo efetivo da sua Secretaria. O que não fica claro, para mim, com toda sua explanação, é que, no passado, havia um conjunto de aportes da Administração Pública Municipal para as chamadas creches comunitárias, as escolas de educação infantil conveniadas. Cito como exemplo, a questão da alimentação. Esse é um item importantíssimo. Vossa Senhoria sabe muito bem, qualquer educador ou educadora aqui sabe muito melhor do que eu que, de manhã cedo, há crianças que vêm titubeando para essas instituições sem terem café em casa. Muitas vezes essas crianças têm as refeições apenas nesses locais. Quando vejo um aumento de 30%, e no ano vem 15%, é mais do que aquilo que a gente chegou a reivindicar em alguns momentos aqui, Ver. Nedel, com quem eu discuti muito isso na CEFOR. Mas como é que ficam esses outros aportes; a questão, por exemplo, dos alimentos – uma questão grave! –, a questão do material escolar? Então, essas questões não foram tocadas aqui, não é simplesmente a sala de aula, o professor, o educador, o cuidador, mas a comunidade escolar, a educação espera, necessita que todos esses itens sejam devidamente contemplados, caso contrário, não há condições de ensino e aprendizagem. Está aqui o Ver. Prof. Alex Fraga atentamente me ouvindo, professor da rede. Como ficam essas questões, Prof. Alex? O senhor já tem todas as respostas? Eu não as tenho. E nós estamos aqui exatamente para fazer esse debate. Fazendo esse debate, temos condições de amanhã responder a uma escola, e temos condições de ir ao seu encontro para debater.

Eu acho que nós teremos alguns problemas, alguns foram solucionados em parte. As pequenas instituições terão gravíssimos problemas pelos valores, pela forma como está sendo trabalhada. Eu não tenho absolutamente nada contra as grandes instituições da área de assistência social, até porque acho que, em muitos momentos, elas são uma necessidade e ocupam uma parte do espaço do Estado brasileiro, que não cuida devidamente com a assistência social, com a educação como deveria cuidar. Essas

são algumas questões que eu acho fundamentais e somente a partir delas eu poderia debater com mais clareza, com mais contundência as questões aqui apresentadas.

Eu estou acompanhando, desde o ano passado, o meu gabinete participa absolutamente de todas as reuniões do Fórum, eu tenho outros contatos com as principais lideranças do Fórum. Nós achamos que o caos que está em alguns setores da Cidade não pode contaminar a educação de Porto Alegre. Por isso, eu peço, de forma clara e cristalina, a V. Sa. que responda essas questões para continuar, minimamente, um debate salutar.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Gostaria de registrar e agradecer a presença da Ivana Genro, Secretaria Adjunta da Secretaria Municipal de Educação.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo a nossa Presidente, Ver.^a Mônica; o Secretário, que nos dá a satisfação de poder estar aqui, cidadãos, cidadãs, Vereadores e Vereadoras que acompanham a nossa Sessão nesta tarde. Queria também fazer algumas perguntas, creio que o Secretário também está aqui para poder esclarecer fatos que podem não ser repetidos, como aconteceram no ano passado, mas que podem ser melhorados a partir de 2018, à medida que houve uma certa crítica, Secretário Adriano, em relação à sua gestão.

A primeira pergunta que lhe faço, com todo o respeito: V. S.^a considera esta uma gestão democrática, com a participação de professores, alunos, pais e a comunidade?

Nós sabemos que, em 2017, a Prefeitura não efetuou o repasse dos recursos da alimentação escolar para as creches comunitárias, embora recebendo recursos do Programa Nacional de Alimentação do Governo Federal. O *kit* rancho, contrapartida do Município dos recursos PNAE foi entregue com atraso em 2017, vai atrasar em 2018, ou o calendário está garantido?

Entre os meses de março a dezembro de 2017, foram liberados recursos para alimentação escolar, creches, pré-escolas, no valor de R\$ 5.529,60 milhões, mas nenhum valor foi repassado para as creches comunitárias conveniadas com o Município. Essa situação está em desacordo com a Resolução nº 026 de 17 de junho de 2013, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que estabelece no parágrafo 3º, art. 8º, o prazo de cinco dias para a transferência dos recursos recebidos para as creches comunitárias. O que poderá acontecer este ano? Está garantido esse recurso? Ou o recurso é maior, como V. Exa. creio que falou aqui na sua explicação?

A falta de segurança nas escolas, deixando os professores e alunos expostos à violência, gerou praticamente que diária a denúncia, como também a manifestação aqui na Casa. Essa situação está contornada para este ano, enfim, essa empresa contratada vai fazer a segurança das escolas, das creches?

A falta de professores nas escolas foi recorrente em 2017, deixando sequelas na aprendizagem dos alunos. Várias escolas infantis ficaram sem professores, monitores para atender os alunos, tiveram que reduzir horários, turmas; abriram-se sindicâncias, ameaçaram direções e professores com corte do ponto e perda dos mandatos. Vinte e quatro vice-diretores foram afastados. É real isso, nobre Secretário? Por que foram afastados se foram eleitos democraticamente?

Há falta de fiscalização sobre o cumprimento das obrigações trabalhistas previdenciárias no caso de uma empresa terceirizada que cuida o serviço de limpeza e cozinha, não estão sendo efetivas em tempo ou dia, qual sua posição em relação a isso? Se não me engano, é a Multiclean que faz esse serviço.

Eu queria que V. Exa. pudesse nos esclarecer com relação a essas perguntas, creio que são de extrema importância para melhorar a qualidade de ensino, mas também para tranquilizar em relação à questão da gestão democrática. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para a Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, caros Vereadores, Vereadoras, Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal, Secretário de Educação, que algumas vezes já estive aqui, na Câmara, sempre de forma bastante elucidativa e transparente, tenho gostado da sua postura, Secretário, quero fazer essa menção, porque todas as alterações, até as polêmicas... Eu lembro que, no início da gestão, tu estiveste aqui, fizeste o debate de forma aberta, explicando números, dando o quadro real. Queria também fazer uma saudação aos colegas da Câmara, funcionários, aos servidores que estão aqui mais uma vez, pessoal do Sindicato, servidores municipais.

Essa questão da educação é fundamental, determinante. Eu fui até muito mais ativista na minha militância pela educação por ser oriundo do movimento estudantil do que propriamente da pauta que eu trato hoje. E é uma pauta que infelizmente sempre vai ter problema e sempre vai ter dificuldade, Adeli. Lembro de nós lutando pela reforma universitária, lá em 2004, juntando assinaturas para que ela ocorresse, no primeiro governo do ex-Presidente Lula, com o Ministro Cristovam Buarque. Obviamente é uma pauta que não se limita e temos muito que avançar ainda.

Eu queria aqui inclusive colocar, Secretário, que um dos projetos que eu apresentei no ano passado, aqui, na Câmara de Vereadores, apesar de parecer bobo, na minha opinião não era, eu apresentei para que fosse encaminhado, de alguma forma, nas escolas... Eu estive, nos dois primeiros anos de mandato, talvez em umas 50 ou 60 escolas, mas aqui em Porto Alegre, seguramente, há poucas escolas em que eu não tenha visitado e conhecido a realidade dura de muitos anos: salas de aula precária, a questão do salário dos professores e tal. Mas esse meu projeto que eu levei para essas escolas, tratava do debate do direito dos animais, que é algo que está fora da disciplina, do tradicional, do padrão, mas eu acredito que é fundamental que tivesse isso na escola

num período extracurricular, dado por qualquer professor mesmo, porque é um tema fundamental e acho que é a única forma que – eu que luto pela pauta dos animais – há de podermos chegar a uma solução. Porque hoje a gente debate castração, debate hospital público, delegacia dos animais, mas infelizmente eu tenho os adultos como perdidos. Apesar de ser adulto, eu pouco acredito nos adultos porque o tema sobre os animais é um quadro irreversível que nunca foi tratado. Se hoje a pauta dos animais já é um pouco mais tratada, Secretário, há 20, 30 anos, quando eu estudei, nada era tratado, e há 50 anos, menos ainda. Então nós temos hoje um conjunto de adultos bastante ignorantes e limitados com relação a esse tema. A gente sabe também que as crianças absorvem muito melhor e constroem valores e opiniões muito melhor para a gente ter um futuro mais consciente com relação a esse tema. Em todas as escolas que abriam, e até eu faço aqui um apelo para as professoras, para os diretores, talvez que estejam aqui, para os funcionários de escola. Poucas escolas, talvez umas 50, abriam espaço para fazer este debate sobre os direitos dos animais, que é fundamental. E eu vi nessas quase 50 escolas onde estive uma recepção absolutamente bacana por parte das crianças e dos professores. Enquanto esse projeto que tramita aqui na Câmara não for aprovado, Prof. Alex – tu que és um professor de Biologia e que trata também da questão ambiental onde entra também a questão dos animais –, seria importante que os próprios professores, de forma não oficial, tratassem deste tema, para podermos ter mais esperança para o futuro com relação à consciência. Hoje, não tenho estimativa para dizer isso, mas eu chutaria que 2% da população tem consciência com relação à realidade dos animais. Para, talvez, chegarmos a 10% num futuro, daqui a 10, 15 anos, com esta proposta de disciplina, seria bastante interessante que os professores fizessem este debate.

Obrigado ao Secretário e aos professores presentes.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, Sr. Secretário, público que nos assiste; eu estive conversando um pouco com a Flávia e sei que a ATEMPA tem muitos diretores muito preocupados, assim como eu, Secretário, sou um cara muito preocupado com o esporte, com a educação. Educação e esporte, para mim, é o que faz um país. Este horror que a gente está vendo no nosso País, a educação se esvaindo, o esporte, a cultura, há um Estado dentro de um outro Estado. Então, a preocupação maior, como Presidente da CECE – Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – da Câmara de Vereadores, junto com os colegas Vereadores Reginaldo Pujol, Roni, Cassiá Carpes e Sofia, nós temos uma preocupação muito grande... E também não posso deixar de agradecer, Sr. Secretário, pois todas as vezes que a Comissão convidou a Secretaria se fez presente; por quatro vezes isso aconteceu no ano passado, creio que neste ano iremos nos encontrar

mais ainda para que alcancemos uma educação de qualidade em Porto Alegre. Há pouco, aqui, um colega falou sobre segurança, que também é importante, tudo isso é importante para que possamos ter uma educação de primeira qualidade. É muito importante a vossa presença aqui hoje para deixar bem claro aos nobres colegas Vereadores e também ao povo desta Cidade que todas as etapas do processo de formação da instituição comunitária que atenda à educação infantil em Porto Alegre estão sendo acompanhadas, e a CECE vai continuar acompanhando de perto todo o processo de implantação do Marco Regulatório. É dever dessa comissão acompanhar de perto e tentar ajudar para que tenhamos uma educação de qualidade, juntamente com a Secretaria de Educação, representada por V. Exa. Tenho visto muito na televisão e ouvido no rádio e creio que chegou o momento, não existem mais bandeiras. Se nós queremos ter um país com educação, com segurança, chegou o momento de nos darmos as mãos e lutarmos todos juntos. Isso é o que o Rio, São Paulo, Minas estão pedindo. Chegou o momento agora do Brasil; não é só lutar pela minha casa, mas é também ajudar o vizinho. Este é o momento. Estou muito triste porque a educação, cultura e esporte me trouxeram, me formaram como cidadão equilibrado. Isso me entristece muito, principalmente, pelo que estamos vendo acontecer. Secretário, a gente vai ter, neste ano, vários encontros. Já temos um que a gente vai agendar com a ATEMPA. A gente vai lhe convidar, várias vezes, pois eu sei que tu vais estar sempre com a gente, como estiveste no ano passado, para que o povo de Porto Alegre, para que essas crianças e os professores tenham a tranquilidade de uma boa educação para a nossa linda Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra.

O VER. LUCIANO MARCANTÔNIO: Presidente Mônica, colegas Vereadores e Vereadoras, cidadãos e cidadãs das galerias, quero agradecer muito a presença do Secretário Adriano que solicitou esse tempo a esta Casa, para poder conversar com os Vereadores e expor o andamento da sua gestão, principalmente relacionada ao tema Marco Regulatório. Quero dizer, Secretário, que a forma democrática como o Senhor conduz a Secretaria Municipal da Educação é exaltada pela maioria dos Vereadores, isso com base nas inúmeras vindas do senhor a esta Casa, o que é um dever, mas que nem sempre acontece. É importante o Secretário estar aqui para dialogar com os Vereadores e Vereadoras que são os interlocutores da sociedade. Agradeço as inúmeras vezes que o senhor nos atendeu na Secretaria de Educação e pela sua coragem de ter proposto reformas necessárias para que os alunos ficassem mais em sala de aula e tivessem mais aulas de matemática e português. Quero registrar aqui, Secretário, que isso é imprescindível e foi uma das melhores medidas que marcou a sua gestão no Governo Municipal.

Quando começou o debate sobre o Marco Regulatório, todos nós ficamos inseguros porque são entidades formadas por líderes comunitários, na sua maioria, pessoas que não são obrigadas a entender de administração, de contabilidade, das questões cartoriais, das questões jurídicas. Colocamos a Câmara à disposição e ficamos felizes em ouvir dos senhores que todo esse trabalho muito delicado, muito sensível, de entidades, das comunidades de baixa renda, mais uma vez formada por líderes comunitários que não recebem nada, absolutamente nada, nenhum centavo para administrá-las, como seria o desfecho disso, e foi um desfecho excelente. Quero parabenizar a sua Secretaria, a sua equipe, os Vereadores que estão acompanhando esse processo, os diretores das escolas, as coordenadoras das escolas, e não tenho dúvida de que o Marco Regulatório na gestão de Porto Alegre, que iniciou o trabalho no final da gestão passada, a qual fiz parte, e na sequência o Secretário desempenhou com muita qualidade, funcionou, graças a Deus, funcionou. Ficaram poucas entidades ainda para acertar alguns ajustes com a Secretaria Municipal de Educação. Meus parabéns, Secretário.

Um outro ponto, só para concluir, é em relação à gestão dos contratos, que o senhor tem feito um trabalho cirúrgico para que continuem os serviços internos dentro da Secretaria, os serviços contratados pela Secretaria, funcionando, mas com um olhar cada vez mais criterioso, para que possamos ter cada vez mais um serviço em maior quantidade e com maior qualidade. Muito obrigado, Secretário, pela sua presença aqui.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado. Saúdo o Secretário Adriano Naves Brito. Seja muito bem-vindo. Quero agradecer à Ver.^a Mônica Leal pela condução dos trabalhos até agora e cumprimentar os Srs. Vereadores.

O Ver. Prof.^o Alex Fraga está com a palavra.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham nossos trabalhos e discussões na tarde de hoje, público que nos assiste pela TVCâmara, Vereadores e Vereadoras, Secretário Adriano Naves de Brito, que comparece a esta Casa Legislativa. Eu gostaria de começar a minha fala fazendo um pequeno apontamento com relação às falas dos Vereadores que me antecederam nesta tribuna. O Ver. Luciano Marcantônio destaca que o que mais marcou a administração do Secretário no seu primeiro ano de exercício foi um maior tempo em sala de aula para os nossos alunos. Eu não concordo, Ver. Luciano, com isso, eu acredito que o que mais marcou a administração do Secretário Adriano Naves de Brito nesse primeiro ano foi a incapacidade de ter dignidade para conhecer a realidade das nossas escolas e assim propor modificações. O Secretário Adriano Naves de Brito mudou radicalmente a rotina das nossas escolas sem sequer ter pisado em nenhuma delas logo que assumiu a Secretaria. Essa falta de conhecimento e a falta de vontade, de disposição em visitar as

escolas, em conhecer a sua realidade e assim propor modificações fez com que este primeiro ano fosse um ano catastrófico, um ano de conflitos, um ano de retrocesso para a educação no Município de Porto Alegre.

Eu gostaria também de ressaltar um aspecto da fala do Ver. Rodrigo Maroni, que disse que o Secretário veio aqui por muitos momentos com a sua fala transparente. Ver. Rodrigo Maroni, se nós pegarmos um copo completamente vazio, talvez ele esteja mais transparente do que um copo com água suja, ou seja, se não há o que oferecer, se não há conhecimento e se não há perspectiva e um projeto pedagógico para colocar em prática, ou, pelo menos, ideias de um projeto pedagógico, obviamente, os atos serão transparentes, porque eles serão inócuos. Eles serão totalmente sem fundamento e, portanto, para aqueles que estão de fora, talvez, transpareça no sentido de translucidez.

De acordo com falas anteriores, o que foi bem apontado pelo Ver. Oliboni, o Secretário também propôs um remanejamento na estrutura administrativa das nossas escolas cortando cargos de vice-direção de algumas das escolas da rede municipal, a partir de mudanças de cálculo em algumas delas. Existem várias escolas da nossa rede em que há a integralização do estudo dos alunos: turno integral. E esse aluno que entra de manhã, muitas vezes precisa de uma transição para o turno da tarde, onde mudam as equipes de professores. Se nós não temos o cargo de vice-direção, essa transição pode não acontecer. Porém, para a forma de cálculo rasa – vou usar esse adjetivo para não usar piores e mais agressivos – a fórmula de cálculo rasa empregada pela Secretaria Municipal de Educação considera esse aluno como uma criança, sendo que, na prática, efetivamente, esse aluno ocupa o lugar de dois: o do turno em que ele estará aprendendo, frequentando as aulas regulares e o do turno inverso, quando ele precisa de um acompanhamento. E nós precisamos da figura do vice-diretor para essa transição ser menos dramática, menos cruel. Precisamos de equipe de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Prof. Alex Fraga prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, por cedência de tempo da Ver.^a Fernanda Melchionna.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Gostaria de continuar a minha fala, a partir da fala do Secretário. Ele disse que essa nova modalidade de conveniamento vai aumentar a pluralidade do ecossistema. Também eu gostaria de ressaltar que o sistema de conveniamento vem, nos últimos anos, trazendo problemas para a nossa Cidade. Existem instituições boas e que prestam um serviço adequado às nossas crianças, mas uma grande quantidade de instituições comunitárias deixa muita a desejar, muito. Nós tivemos, na Câmara de Vereadores, no ano de 2015, uma Comissão Especial das Creches Comunitárias, em que casos dramáticos foram debatidos. O presidente, se não me falha a memória, foi o Ver. Airto Ferronato. Nós ficamos bastante assustados com a realidade que se apresentava no Município de Porto Alegre. Eu acredito que todo tipo de novidade para, de acordo com palavras do Secretário, aumentar a pluralidade do ecossistema educacional... Eu não vejo com bons olhos esse termo, já que venho da área

da biologia – ecossistema educacional –, porque, dentro de um ecossistema, nós precisamos analisar a questão ambiental – o ambiente das nossas escolas têm se deteriorado muito nos últimos tempos, nos últimos meses – e a questão dos seres vivos. E pouco importa, pelo menos, é o que demonstra a Secretaria Municipal de Educação, o que acontece com o material humano que está lá na ponta, tanto alunos, estudantes, quanto professores. Eu não vejo a SMED dar demonstrações claras de que haja uma preocupação com esses seres vivos. Há uma preocupação grande com números: “Mais de mil vagas foram abertas!”. Vagas? Tudo bem, mas vamos falar em qualificação desses espaços, dos espaços já existentes. O que está acontecendo com as nossas escolas é o sucateamento progressivo da educação, e isso envergonha a todos nós, porque Porto Alegre já foi referência nacional em termos de educação pública. O que nós estamos presenciando é o desleixo, é o descaso com a rede própria desta Cidade. Fica aqui o meu alerta para toda a comunidade, principalmente para aqueles que acompanham os nossos trabalhos e não têm um conhecimento pleno da realidade das nossas escolas: que se inteirem, busquem informações, não façam como o Secretário no início do ano passado, que interferiu negativamente nas rotinas sem um mínimo de conhecimento.

Agora vamos tecer alguns comentários acerca do que está acontecendo no momento. Nós temos essa nova modalidade de educação sendo oferecida pela Secretaria Municipal de Educação através do conveniamento para o ensino fundamental da Pequena Casa da Criança. Eis que o contrato teria a primeira parcela a ser paga em janeiro deste ano, e nós temos aí um atraso do repasse de R\$ 158 mil por parte da Prefeitura desta Cidade. O início das aulas estava previsto para hoje, segunda-feira, porém a instituição não conseguiu abrir as suas portas e receber os alunos; só o fará quarta-feira, porque não conseguiu terminar os reparos que a estrutura física da escola precisa para atender as crianças. Se esses repasses tivessem acontecido em janeiro, será que as reformas não teriam celeridade? Portanto, isso demonstra, mais uma vez, o descaso dessa Secretaria com relação à educação no Município de Porto Alegre.

Destaco também a imposição da Secretaria Municipal de Educação com relação à obrigatoriedade da aprovação do calendário escolar até 26 de fevereiro: em 26 de fevereiro o calendário proposto pela Secretaria Municipal de Educação terá que ser aprovado nas comunidades escolares – aprovado. Ele não será discutido muito provavelmente, pois esse calendário é engessado e não respeita um dos princípios da educação desta Cidade, que é o princípio da gestão democrática. As comunidades devem decidir as suas rotinas, os seus calendários, as suas datas de início, as suas festividades, as suas comemorações. O que o Secretário e sua equipe estão fazendo é cercear esse princípio básico da educação, que é lei federal, diga-se de passagem.

Outro ponto que me preocupa demais é a falta de abertura das inscrições para nossa modalidade de ensino da EJA. No ano passado, o Secretário veio com uma proposta para despedaçar a educação de jovens e adultos nesta Cidade, centralizando as inscrições numa escola no Centro, inscrições que eram feitas nas localidades onde vive a população que necessita desse serviço, e, por conta disso, prejudicou bastante essas matrículas. Teve que voltar atrás, porque isso foi uma besteira sem tamanho; voltou atrás, mas não podemos mensurar o prejuízo que isso ocasionou para as comunidades

escolares. A nossa preocupação não é sem medida. Nós temos um ano letivo começando mais uma vez, sem a menor previsão de inscrição para modalidade Ensino de Jovens e Adultos, dedicado às pessoas que infelizmente não conseguiram concluir seus estudos no tempo adequado e têm como única opção a porta do EJA, que está sendo fechada, ou pelo menos estão tentando fechar esta porta, via Secretaria Municipal de Educação. Por isso, todos nós, cidadãos de Porto Alegre, lamentamos esse fato.

Com relação às horas de planejamento, gostaria de perguntar ao Secretário se há algum tipo de previsão para a SMED qualificar o espaço da escola para que nós, professores, possamos planejar as nossas atividades nesse local, onde não existe rede Wi-Fi, não existe computador, e a biblioteca é insuficiente. Nós usamos os nossos recursos para esse planejamento, mas o Secretário quer que isso seja feito dentro das escolas, para nos obrigar a ficar lá sem estrutura, material e modo de trabalharmos. Um grande abraço a todos, fiquemos com a nossa preocupação com a educação dessa Cidade.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Boa tarde, tive a sorte de falar depois do Ver. Prof. Alex Fraga; digo isso porque creio que a fala do Vereador colocou os devidos pontos nos is. Eu confesso, Secretário Adriano, que o balanço que nós temos da sua gestão é um balanço de uma gestão de conflito. Eu aponte, desde o início de 2017, que os ataques que os professores municipais receberam da gestão, comandada pelo senhor era o balão de ensaio dos ataques do Governo Marchezan contra o conjunto dos servidores públicos; era um balão de ensaio que pretendia quebrar – não digo que essa tenha sido a sua intenção, mas não tenho dúvida de que a intenção da política do Governo – um dos setores da categoria mais organizados e mais combativos. Quem conhece a categoria dos municipais sabe que o magistério sempre foi, ao longo dos últimos anos, uma coluna vertebral da luta de resistência. Vocês conseguiram impor a alteração da rotina – vocês conseguiram! Logo depois, vieram os ataques aos salários dos servidores. Nós, felizmente, tivemos uma resposta contundente da categoria e não só os professores foram vanguarda, mas nós tivemos uma novidade que foi a força da greve na saúde e a força da greve no DMAE. Isso impediu que o plano do Governo Marchezan fosse, de todo, executado, ou seja, que, a partir da derrota do início do ano dos professores municipais, o Governo pudesse aplicar o seu plano sem resistência. Não conseguiu! A resistência existiu, não foi quebrada e nós tivemos, no final do ano, um recuo do Governo Marchezan por conta da força da greve e não da sua sensibilidade política que nós todos sabemos que é zero. (Palmas.)

Agora, o senhor adotou uma linha e parece, pelo que o próprio Prof. Alex falava, que a sua gestão, a cada início de ano, começa a fazer ataques à educação, porque, novamente, esse ataque que o Prof. Alex relata não tem nenhum justificativa!

Qual a justificativa lógica que a preparação das aulas tem que ser na escola e não em casa, quando qualquer um sabe que hoje em dia o local de trabalho também pode ser a casa? E o senhor, que sempre prega uma certa ideia de modernização, deveria saber disso melhor do que ninguém, mas não, é mais uma tentativa de dobrar o magistério. É uma tentativa de mostrar que a gestão eficaz, na lógica do neoliberalismo, é a gestão que não tem diálogo, porque, é lógico, não tem como ter diálogo. Não tem como ter diálogo quando a lógica da gestão é o desmonte – não tem como ter diálogo! O diálogo não permite que a lógica do desmonte se desenvolva, porque os professores são o principal ponto de resistência contra essa lógica. Infelizmente, o senhor, sendo professor, se curvou a uma lógica neoliberal que até antes da sua história, pelo menos, o senhor não tinha assumido ela de modo claro. Agora, sim, na sua prática – e prática é o critério da verdade –, infelizmente, o senhor tem aceito essa lógica. Então nos preocupa, porque nós sabemos que o desmonte da educação pública só favorece a lógica daqueles que querem transformar a educação numa mercadoria, daqueles que querem privatizar o ensino e daqueles que querem transformar a educação em uma mercadoria lucrativa. E nós sabemos, infelizmente, que essa é a lógica do Governo!

Então, a ATEMPA fez uma carta que, infelizmente, não pude ler. Os professores têm muita paciência, eles pedem um espaço de diálogo entre a SMED e as comunidades escolares.

Agora, eu vou lhe dizer só, Prof. Adriano, acho que vir na Câmara é muito importante, mas não basta só vir, não adianta só escutar, num diálogo, pelo menos, tem que se buscar ter síntese. Eu acho que, infelizmente, ainda vocês não estão fazendo um esforço de sequer tentar uma síntese para contemplar minimamente as ideias e os interesses da grande maioria dos professores da rede municipal de Porto Alegre. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra.

O SR. MOISÉS BARBOZA: Boa tarde, Presidente Valter, demais Vereadores, a todos que nos acompanham, não poderia deixar de saudar aqui a presença do Secretário Adriano, da Prof.^a Ivana, Adjunta, dos diretores e diretoras dos sindicatos, professores e professoras.

Eu tive, no meu primeiro mandato, a honra de ter carregado aqui o nome da rede de ação social da qual faço parte há 20 anos, que é a rede de ação social Malucos do Bem.

Muitos projetos fizemos, inclusive até gostaria de lembrar projetos na época em que o ex-Prefeito Fortunati era Secretário Estadual de Educação, contra drogas, gravidez precoce, DST, AIDS.

E eu faço alusão a essa questão da Malucos do Bem, e nós falamos muito sobre a questão do bem, porque eu vejo que, infelizmente, Porto Alegre está doente. E

como a pauta é educação, eu não poderia deixar de dar a minha simples observação sobre isso.

A partidarização, a grenalização contamina todos os setores da nossa sociedade, infelizmente! Não existe só o preconceito sexual, o religioso, que a gente tanto debate aqui. Ver. Adeli, eu descobri que existe também um preconceito, Ver. Felipe, político. Eu sinto, como vários Vereadores aqui sentem, nos olhares de pessoas que nem sequer nos conhecem, ou a nossa trajetória, ou a dedicação de trabalho, já com preconceito formado, com uma indisposição: aquele é da base do Governo, aquele é independente, aquele é da oposição, aquele é do partido A, B, C ou D. Eu vou lá aplaudir porque quem está ali falando é do Partido do A, do B, do C e do D...

Eu não vou me ater a essas questões, eu vim saudar, na realidade, alguns dados aos quais quero me ater, porque nada é sempre tudo ruim, tudo errado, tudo propositalmente errado a ser feito; existe muita coisa boa sendo feita. Então, quero saudar, sim...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. MOISÉS BARBOZA: Se eu pudesse democraticamente expor, com liberdade, a minha opinião, eu gostaria de saudar as mais de 1.110 vagas a mais que teremos, sim, no ensino municipal. Quero também saudar o trabalho dessa Secretaria, e eu não vou falar de Secretário nenhum, vou falar da equipe de professores que estão aqui, quero saudar porque nesta gestão, sem dinheiro, estamos quebrado, infelizmente não temos dinheiro, mesmo assim essa Secretaria conseguiu um aumento de 45% de recursos para as creches conveniadas: 30% e depois 15%. Então, estou aqui, sim, para falar das coisas boas que estão sendo feitas.

Quero dizer que o nosso ensino – vamos combinar, todos sabemos aqui, eu tenho membros da família que são professores –, que o professor em Porto Alegre, graças a Deus, tem muitas conquistas, recebe bem seu salário. Infelizmente, não temos condições de pagar sempre como gostaríamos, mas dizer que a nossa educação sempre foi maravilhosa... Vamos ser sinceros, os índices de avaliação inclusive no governo do PT no Ministério da Educação Porto Alegre estava atrás de Teresina! Teresina! Dizer que isso é maravilhoso, desculpem-me! Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Por favor! Solicito às galerias... É um direito do parlamentar se manifestar da forma que quiser, e há regras. Solicito que o Parlamentar na tribuna seja respeitado, por favor. Muito obrigado.

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra.

A SRA. MÔNICA LEAL: Boa tarde, Presidente Valter Nagelstein, colegas, pessoas que estão aqui hoje presenciando esta sessão. Eu tenho uma boa caminhada na minha vida política, como assessora, como jornalista, política, como Vereadora suplente, como Vereadora titular, como líder da bancada, por três vezes, como ex-Secretária da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, mas digo a vocês que, entre surpresa e chocada, escutei alguns termos nesta tribuna do Ver. Prof. Alex Fraga e do Ver. Roberto Robaina, se dirigindo ao Secretário, como: descaso, água suja – eu peço às senhoras, que têm o grande poder de ensinar os alunos, e eu tenho certeza que temos em comum a educação, podemos divergir em várias coisas, mas a educação nós temos em comum, então eu peço que me deixem falar, por favor –, ser vivo, descaso completo, o Governo não se preocupa, porta fechada via Secretaria Municipal de Educação, gestão sem diálogo, desmonte da educação pública e educação vira mercadoria. Eu não tinha escutado isso até então, tamanho absurdo! Agora eu quero registrar nesta tribuna o que eu tenho acompanhado ao longo deste ano, em que pese eu discorde de muita coisa neste Governo, mas não nesta área. E eu vou começar a citar aqui para vocês qual é o descaso, qual é o desmonte. Este Secretário, na sua gestão, terminou o fim da dispensa dos alunos nas quintas-feiras; aumento dos repasses para comunitárias em 30% em 2018, em 15% em 2019; autonomia dos professores para avaliar um aluno, isso nunca houve! Sabem por quê? Quando o aluno ia rodar, alguém chegava e dizia: “Não, não, tem que passar; este tem que passar”. Isso é conhecido. Eu sou jornalista e sei disso.

Respeito intransigente dos 200 dias letivos e 800 horas de aula – por isso a mudança da rotina. Não precisa ser *expert* em educação para entender que houve uma mudança na rotina por esta situação aqui.

Vamos lá: aumento de vagas: 968 em 2017; 1424 em 2018, um total de 2.500 vagas, que vão chegar, certamente, até abril, a 3 mil vagas.

Ora, senhores, eu sinto muito. Contra fatos a gente não pode fazer discursos e usar siglas partidárias, ideologias políticas, sem contar a matéria que hoje está no jornal Zero Hora. O Prof. Alex falou que havia um atraso no repasse, não foi, Professor? O senhor esqueceu de dizer que na matéria também consta que este repasse será feito até quarta-feira, quando iniciam as aulas, pelo que entendi. Isso está aqui na matéria. Eu não acordei e inventei isso, pessoal. Está aqui, é fato.

Outra questão, vamos lá: são 219 escolas comunitárias neste modelo, mas apenas a Pequena Casa da Criança pode ofertar vagas no Ensino Fundamental. Olhem, eu falo aqui não é nem como Vereadora, ou ex, ex, ex: eu falo é como mãe, como avó. Uma mulher, para sair de casa e trabalhar, ela tem que ter certeza de que seus filhos estão em segurança nas escolas. É isso o que nós queremos! Isso é economia, é motivar uma economia, é propiciar segurança, é propiciar educação às crianças.

Pessoal, existem certas coisas que têm que se sobrepor a siglas partidárias e a ideologias políticas: saúde, educação e segurança; é um tripé fundamental para a vida do nosso povo. Por favor! Eu fico sinceramente surpresa...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Por favor, público nas galerias, tem uma Vereadora na tribuna. Por gentileza, há regra, o Parlamentar tem direito a se manifestar. Nós podemos não concordar. A senhora tem mais um minuto, Vereadora.

A SRA. MÔNICA LEAL: Eu termino antes de um minuto. Eu não poderia deixar de utilizar esta tribuna para rebater as palavras, os termos fortes, ofensivos que ouvi em relação a um gestor empenhado na educação, que foram ditos desta tribuna. Respeito é bom, eu gosto e aquilo que está sendo feito pelo nosso povo, pelas nossas crianças, pelas mulheres tem que ser registrado. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado. Agradeço. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero cumprimentar todos e todas que nos acompanham, sobretudo os professores e professoras da rede municipal, quero também cumprimentar o Secretário. Eu não pretendia falar no tempo de liderança, confesso que foi muito bem representado o PSOL pela falas dos meus colegas Ver. Prof. Alex Fraga, que durante os dois tempos de comparecimento discorreu de maneira profunda sobre os ataques que a rede sofreu no ano de 2017, que vêm se aprofundando no ano de 2018, e a análise política que fez o meu colega Ver. Roberto Robaina sobre a estratégia do Governo Marchezan de tentar enfraquecer a resistência dos municipais, atacando, de largada, os professores. Isso foi o que nós vimos, no ano de 2017, com a mudança da rotina escolar e com a tentativa, portanto, de que não houvesse resistência para enfrentar o pacote de maldades que, felizmente, graças à greve histórica da categoria, não foi votado no ano de 2017. E nós esperamos que, em 2018, se for votado, seja rejeitado, mas dependerá, obviamente, da mobilização e, claro, dos Vereadores e das Vereadoras manterem o seu compromisso assinado.

Mas a Ver.^a Mônica instigou, primeiro pelos termos que ela considerou de baixo calão utilizados aqui da tribuna. Primeiro, Ver.^a Mônica, eu não acho que ser vivo seja um termo de baixo calão, até porque o Secretário não é um ser bruto ou um ser inanimado – todos nós somos seres vivos. Afora isso, o descaso da educação e o termos quer foram usados pelos meus colegas, acho, descrevem o caos desse Governo, no que diz respeito não só à educação, mas à educação, sobretudo, envolvendo uma prática autoritária por um lado.... Ah, outra coisa, a questão da rotina escolar. Nós vivemos, no ano de 2017, uma mudança na rotina que precarizou e diminuiu o tempo dos estudantes com os professores, pois passou das 8h ao meio-dia. Então, não é verdade que aumentou o tempo dos estudantes com os professores, e não é verdade que isso garantiu o cumprimento dos 200 dias letivos. É aqui estão vários diretores, como o meu amigo

Ângelo e outras tantos diretores e diretoras, professores da ATEMPA e dos conselhos escolares, sempre se cumpriram os 200 dias letivos, porque é obrigado a cumprir pela Lei Federal. Então, é um debate meio vazio, sempre se cumpriu com mais ou com menos estrutura. (Palmas)

O chamamento dos profissionais. Nós estamos ainda com escolas fechando o ano letivo agora em fevereiro, não por conta da recuperação da greve, que também foi recuperada, muito embora o Governo tenha cortado o ponto no dia da greve, quando, na verdade, era um direito à greve dos trabalhadores que não tinham recebido o salário nem o 13º salário. Mas tirando esse preâmbulo, têm escolas que fecharam apenas agora os seus 200 dias letivos, mas não foi por causa da greve, foi por falta de recursos humanos, Secretário. No meio do ano passado, vocês chamaram 250 profissionais, não só professores, mas, no ano de 2016, 247 haviam pedido a aposentadoria. Então, temos um déficit de profissionais que se prolonga nas escolas. E nós vemos, ao mesmo tempo em que esse déficit aumenta, uma política de desmonte. E eu quero pegar três eixos rápidos. Primeiro, a questão do fechamento do EJA. Foi muito grave a denúncia trazida pelo Alex e que alguns professores nos falaram de que, até agora, as matrículas da educação de jovens e adultos não está aberta. No meio do ano passado, vocês tentaram fazer a mesma coisa e foram derrotados pela luta dos professores e pela repercussão negativa na imprensa. Agora, mais uma vez, as matrículas não estão abertas para fazer a política do fato consumado, não abre as matrículas, não tem inscritos, não precisa ofertar EJA. Trezentos mil porto-alegrenses deveriam retomar a escola segundo pesquisa e trabalho feito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pessoas que largaram a escola até a quarta série, vítimas da desigualdade social, da lógica brasileira e que, portanto, precisam desta oferta. Em segundo lugar a questão da cassação e da tentativa de acabar com todos os mecanismos da participação democrática. O fato de ter a intervenção, porque foi uma intervenção da SMED na questão dos diretores, em mais de 20 escolas, é gravíssimo, e vocês fizeram isso. Vocês não ouviram os Conselhos Escolares. O Secretário diz que vem aqui apresentar porque existe diálogo, mas vocês vêm aqui com a política do fato consumado. Hoje está na Zero Hora uma matéria gigante, o Secretário vem aqui falar o que a SMED está fazendo, ouviu, majoritariamente críticas, e eu tenho a convicção de que por livre e espontânea vontade não mudará sua política, que abre portas, sim, para a privatização do Ensino Fundamental numa lógica de sucatear o serviço público por um lado, e por outro começar a terceirizar. (Palmas.) Mais do que isso, a questão, por exemplo, dos 80 milhões que o Município tem disponível no BID para poder construir escolas de educação infantil, até agora o Secretário e a Secretaria não usou e não construiu novas escolas. A Ver.^a Mônica falou aqui do aumento do repasse e quero responder, muito transparente: se aumentaram os repasses por um lado, só aumentou o atraso do repasse de verbas para os conveniados. No ano passado houve uma série de mobilizações de entidades que não estavam recebendo. Hoje se faz uma propaganda enorme desse convênio com a Pequena Casa da Criança, e na mesma matéria diz que a escola não recebeu recursos e não poderá abrir hoje como deveria por conta dos R\$ 158 mil que a Secretaria não mandou. Eu acho que eles caminham numa lógica de tentar

privatizar, sim, a gestão, porque é justamente uma cópia do projeto do PSDB que o Aécio implementou em Minas Gerais. Olha onde está o Aécio agora! Deveria estar preso, não está ainda, mas olha que desmoralização política esse modelo neoliberal, autoritário e recessivo do PSDB que vocês tentam implementar aqui. Mas eu fico muito feliz, e lutaremos pelo Adote também, que a Secretaria também vetou e desmontou no ano passado, uma das principais políticas de leitura. Eu fico muito contente porque Porto Alegre tem uma trajetória de resistência, e no primeiro ano de Governo em que vocês enviaram um pacote de maldades gigante, vocês perderam quase todas. Eu espero que 2018 siga assim, porque esse Governo neoliberal do PSDB não se implementará na Cidade que foi a capital da legalidade e resistência. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada Ver. Valter, obrigada Ver. Oliboni, por poder falar em liderança do PT, porque, Ver.^a Mônica, ao lado da ênfase com que a senhora reagiu aqui a críticas corretas e profundas, está a fragilidade do que a senhora celebra como conquistas ou avanços na educação do Município de Porto Alegre. Como a Fernanda já disse, cumprir 800 horas e 200 dias letivos, gente, é obrigação legal, essa rede sempre fez, e a mais, e com muito cuidado, com planejamento e com seriedade. O que, infelizmente, se considera o fim das saídas nas quintas-feiras, foi o término do planejamento da equipe, do grupo de trabalho dentro da escola, término de planejamento e de avaliação. O que é uma educação sem planejar, sem avaliar e sem o grande grupo se reunir e pensar a escola, pensar o currículo e avaliar o seu trabalho? Na verdade, o Secretário substituiu a redução do início do tempo da aula de manhã – das 7h30min para as 8h – e deu elas por elas, aliás, deu menos tempo para o aluno e acabou com a formação, com o planejamento na escola.

Eu quero tratar dessa questão da PPP que o Secretário anuncia como a primeira escola comunitária de educação básica. Secretário: primeiro, a Secretária Cleci fechou um convênio com uma escola humanista na Restinga; já havia um convênio no ensino fundamental para suprir algumas vagas que não tinha como acolher na Restinga, e fechou porque as redes estadual e municipal já estavam acolhendo o ensino fundamental como um todo. O que justifica, quando o Estado do Rio Grande do Sul, em alguns lugares, equivocadamente, fecha escolas, o Município de Porto Alegre começar a conveniar para o ensino fundamental senão a única e exclusiva vontade de fazer privatização na educação, no ensino fundamental? Nada explica! Aliás, eu acho, Secretário, que não dá para permitir o fechamento daquela escola em frente ao Postão, a Escola Estadual Alberto Bins, ao lado da nossa EMEI Vila Tronco. É do lado da nossa escola infantil, é uma escola de ensino fundamental no início da Cruzeiro, e a responsabilidade com a educação do ensino fundamental ali deveria ser compartilhada ou deveria ser ampliada a educação infantil.

Outra questão fundamental que eu quero falar é das metas do Plano Municipal de Educação, lembro que iniciamos o ano passado questionando as imposições da rotina e dizendo ao Secretário: “Leia!” O Plano Municipal de Educação é uma lei votada nesta Casa!

Sobre a questão da EJA, a meta 8 deixa claro que tem que elevar a escolaridade dos nossos jovens e adultos de 18 a 29 anos. Não é possível que o Município de Porto Alegre se exima dessa responsabilidade. Isso é através da EJA que vem sendo atacada desde o ano passado, descumprindo o Plano Municipal de Educação! Há metas do Plano de Integralização, sim, de aumento de turno integral! E o senhor encaminhou: redução do turno do primeiro ciclo nas suas diretrizes impostas para o calendário escolar deste ano. É redução com o gasto de pessoal, porque o senhor não está nomeando professores, e o concurso expirando sem a realização de novo concurso. Ou é uma redução para poupar alimentação escolar, como infelizmente aconteceu durante o ano passado! Redução da alimentação para as nossas crianças! Redução de presença no refeitório! Proibição de repetição de alimentos para a criança da periferia da Cidade! Foi o que aconteceu no ano passado! E mais de R\$ 5 milhões do Programa Nacional de Alimentação Escolar que não chegaram nas creches comunitárias! Isso é grave e perverso! Nós entendemos que isso não pode se repetir!

Vou terminar lendo o que disse a ATEMPA, que se preparou preocupada com essa imposição que reuniu os representantes da escola sobre o tema da formação. Porque a SMED, no ano passado, retirou a possibilidade de as escolas fazerem a sua formação. Literalmente: “A SMED não se fez presente nas escolas” – palavras do Grupo de Trabalho, escolas e ATEMPA –, nem assessorias pedagógicas, nem na rotina, nem nas situações mais críticas, não propôs formação aos trabalhadores em Educação, não realizou nenhum espaço de diálogo com as comunidades escolares. As determinações emanadas da Secretaria chegaram por *e-mail* e nos finais de semana! Causa estranheza o discurso de foco no aluno ter esse esvaziamento de projeto pedagógico. Como vamos alterar as condições para um aprendizado se há ainda atraso nos repasses para o custeio das escolas, se há congelamento do valor para custeio da manutenção dos prédios escolares, se há um esvaziamento do projeto pedagógico? E agora, imposições e imposições que tiram a possibilidade de os professores e dos educadores fazerem o seu planejamento em casa, quando não é espaço coletivo. Secretário, as notícias não são boas. Ver.^a Mônica, não tem como celebrar a gestão da educação no Município de Porto Alegre. Precisa muito mais do que o cumprimento de 200 dias letivos e 800 horas. Isso é o mínimo dos mínimos, é preciso valorizar os educadores, trabalhar com eles a mudança na educação, porque é a partir das comunidades escolares e desse protagonismo que a gente faz educação de qualidade. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Sr. Adriano Naves de Brito está com a palavra para as considerações finais.

O SR. ADRIANO NAVES DE BRITO: Muito obrigado pelas intervenções e pelas perguntas. Eu vou começar e dedicar a maior parte do tempo às perguntas que versam sobre as comunitárias, porque esse é o tema que me trouxe aqui, o tema que me dispus a apresentar para os Vereadores. Por que eu acho que é importante falar sobre as comunitárias? Para que a gente tenha a dimensão de que a Secretaria Municipal de Educação não é a Secretaria Municipal de apenas uma parte do ecossistema da educação, mas ela tem que olhar o todo da educação em Porto Alegre, e isso inclui uma variedade de atores que prestam serviços educacionais, inclusive a rede de escolas comunitárias. Muitas das perguntas que me foram feitas e foram feitas a esta gestão foram feitas a partir apenas da rede municipal. Não que a rede municipal não tenha uma importância fundamental no ensino em Porto Alegre, mas nós temos a responsabilidade, como Poder Público, de olhar o todo desse ecossistema. Eu mostrei as tabelas para vocês para que nós tenhamos a dimensão do que significa a oferta da educação comunitária, a oferta do Estado, a oferta da rede privada e, finalmente, a oferta da rede municipal. Portanto, nós temos que olhar para esse conjunto, e não apenas para uma parte dele, como se o Poder Público fosse responsável apenas pela qualidade do que produz a rede municipal de Educação. Na verdade, nós somos o olhar da população, nós devemos responder à população em todos os espaços em que ela tem acesso à educação, e nós não somos hoje capazes de fazer isso, mas precisamos nos qualificar para isso. Portanto, sobre rede comunitária eu começo, e, no tempo que me resta, eu vou falar um pouquinho sobre as perguntas que dizem respeito à rede municipal.

Construção de creches: como foi mencionado na apresentação que fiz, nós estamos em processo de matrícula. Havia um projeto em 2013, feito pelo Governo Federal, que espalhou creches pelo Brasil, e esse projeto, que custou em torno de R\$ 5 bilhões, fracassou, porque a empresa quebrou, porque muitas Prefeituras perderam recursos. Nós tínhamos 18 creches, 18 escolas empenhadas nesse estudo. Felizmente, Porto Alegre não se lançou em aventuras e começou a construir apenas quatro dessas escolas, e agora é preciso fazer uma reavaliação, porque, claro, a oferta de espaços para fazer essas escolas foi no calor do momento de uma oferta do recurso federal. Nós temos que avaliar se nós realmente precisamos dessas escolas construídas nos locais onde elas estavam previstas, considerando os movimentos que estamos fazendo, que vão nos levar, de fato, a termos, no espaço de 2017 e no início de 2018, praticamente 3 mil vagas colocadas na Cidade de Porto Alegre sem que a gente tenha entregue mais de quatro escolas ao longo desse período; portanto, nós só podemos definir a construção de novas vagas a partir do final de março, quando se fecha o ciclo de matrícula, e ali faremos. Temos recurso disponível no FMDE e vamos usá-lo na medida dos nossos estudos de demanda nas regiões de Porto Alegre.

Repasse das creches pequenas: nós temos, de fato, aqui, um ajuste a fazer com respeito às creches que atendem até 40 alunos, que são uma minoria entre as creches; o nosso modelo gira, na sua maior parte, em escolas comunitárias que atendem a mais de cem alunos, e nessas de 40 nós faremos um reforço na verba de alimentação, porque elas precisam desse reforço para que atendam seus alunos. Esse é um ajuste que

já estava previsto nos nossos cálculos, e nós temos recursos para isso vindos do Governo Federal.

Eu corrijo aqui, e aproveito para responder a pergunta sobre repasse de alimentação. O ano passado, o único atraso que houve foi devido a uma impossibilidade jurídica, porque estávamos num impasse de pagamento dos salários, a Prefeitura não tinha liberalidade de pagar o *kit* rancho, que não era pago com dinheiro federal – não era o PNAE –, mas era pago para empresas que prestavam serviço e não havia liberação. Até que isso acontecesse, nós realmente tivemos que atrasar, porque tínhamos que ganhar, nós não tínhamos o direito de pagar essas creches antes de pagar os salários. Então, houve ali um problema que foi superado. E não é verdade, simplesmente não é verdade que deixamos de aceitar um centavo do recurso federal para alimentação. Bom, que o Tribunal de Contas se manifeste a respeito disso. Nós empregamos 100% dos recursos do PNAE na alimentação – esses recursos estão e continuarão; agora, os recursos que eram o chamado *kit* rancho estão incorporados ao que é a remuneração das creches – isso não corresponde a dois recursos, são simplesmente dois nomes dados para duas modalidades de fornecimento que, na verdade, correspondiam sempre à alimentação. Então, temos aqui garantido repasse para as creches com relação à alimentação. O aumento de 30%, como foi mencionado aqui, está além das expectativas de qualquer um que tenha militado pelas creches comunitárias. E ainda que se possa legitimamente pedir que se aumente ainda mais, o que é legítimo... E tem que se dizer que esses 30% foram dados completamente com dinheiro do Tesouro do municipal, pois o Município não conseguiu, no ano passado, pagar os professores em dia. Então, nós fizemos um esforço com recursos próprios para garantir esse aumento, por quê? Porque sem ele as creches comunitárias e as escolas comunitárias não podem se qualificar para fornecer um serviço que é fundamental. Aqui eu toco num ponto importante: eu mencionei a história dessa rede comunitária para dizer que ela começou há 30 anos. Surpreende-me que se diga ao final, pelo menos nas últimas falas, que esse é um movimento de privatização. Era isso que estávamos fazendo há 30 anos? Era privatizar a educação quando abríamos para que as comunidades tivessem, elas próprias, possibilidades, bancadas pelo serviço público, para ter e oferecer educação para seus filhos? Era isso que estávamos fazendo? Ninguém disse que era isso, e agora é privatização? Não consigo entender, são dois pesos e duas medidas! Nós defendemos, sim, a possibilidade de que a sociedade civil possa oferecer um serviço. A educação é um direito de mão dupla: todos têm direito de receber e de fornecer educação, desde que tenham competência para isso. Cabe ao setor público, à Secretaria de Educação certamente verificar se eles têm condições para isso, e não apenas da rede municipal, da rede comunitária, da rede privada, da rede estadual; cabe ao setor público fazer isso, cabe à Secretaria ter meios para fazer isso – precisamos ter meio para isso. Então, não vejo como privatização, vejo como respeito à iniciativa da sociedade civil, sem nenhum prurido. Era isso que nós fizemos, isso é apenas um passo continuado de 30 anos de trabalho, um bonito trabalho das comunidades porto-alegrenses. E quero que os professores digam às comunidades porto-alegrenses que não foi um trabalho fantástico que essas mães, essas senhoras construíram por iniciativa

própria, por liderança própria, fornecendo educação para os seus filhos, lá onde o Estado não podia, não tinha condições de chegar. É isso que a rede comunitária faz e é isso que queremos que ela continue fazendo. Por isso que nós temos que remunerar mais. É preciso os 45%? Foi preciso para dar o passo fundamental, é preciso mais do que isso. Para conseguirmos isso, o que nós precisamos? Recursos do Tesouro. Nós batemos no limite. Nós ultrapassamos, na verdade, o limite do que nós recebemos pelo Governo Federal, do Fundeb, para o pagamento das creches. Portanto, não há mais de onde tirar. Nós já pagamos os 30% de aumento de recursos do Tesouro, para que tenhamos mais condições de oferecer melhores condições para as creches comunitárias precisamos de mais dinheiro do Tesouro, para um fim legítimo que é a educação. E para isso nós precisamos da ajuda desta Casa, assim como precisamos da ajuda desta Casa com o BID. De fato, o BID... Tivemos perto de conseguir os recursos. Por que não conseguimos o empréstimo? Porque Porto Alegre perdeu a sua capacidade de assumir empréstimos. E perdeu por que não tem liquidez, porque, pela nova metodologia adotada pelo Governo Federal, em novembro, nós perdemos a capacidade de honrar os nossos compromissos, na leitura da Secretaria do Tesouro Nacional, portanto fomos impedidos de ter acesso a 80 milhões de dólares de empréstimo. Sem ajuda desta Casa nós não conseguimos tirar esses valores para a gente possa finalmente conseguir ter acesso a esse recurso, que é um recurso destinado à reforma da nossa rede municipal. Não é possível reformar a rede municipal sem o acesso ao empréstimo internacional, como esse do BID. Não é possível, não há recursos do Tesouro para isso. Nós temos que reformar, praticamente, todas as escolas do Município, e elas precisam ser reformadas, é legítimo, e é necessário, mas não podemos fazer sem o recurso de empréstimo. Essas escolas que estão precisando de reforma, não serão melhoradas em nada se nós tirarmos dessas escolas os seus professores.

E a pergunta, então, para fechar. Nós não ajudamos em nada essas escolas, tirando das escolas aquilo que é mais importante do que qualquer recurso que a gente possa colocar na escola, que são os professores. Portanto, por que é que nós estamos fazendo o movimento continuado, desde o início do ano, que é o movimento de trazer o professor para a escola? Porque a escola não pode se organizar em torno da disponibilidade do professor para fora da escola. Por que nós temos que trazer o professor para planejar na escola? Porque, se não fizermos isso, todo o planejamento da escola vai girar em torno do tempo utilizado pelo professor, das quatro horas em que ele planeja. E nós tiramos 15 minutos de planejamento do professor, no ano passado, de um tempo em que nós, de Porto Alegre, damos a mais do que a lei determina. A lei determina 6h33min para professores de 20h, nós tínhamos 7h30min e hoje temos 7h15min. Portanto, estamos ainda além do que a lei determina. Só que se nós dermos as quatro horas de planejamento individual, o professor tem 3h15min, o professor de 20h, para fazer as reuniões, para fazer a sua formação, isso está garantido. Se nós dermos as quatro horas fora da escola e a escola inteira se organizar, do diretor ao funcionário, ter a professora na biblioteca, em torno das quatro horas que o professor estará fora da escola, vocês imaginam então que o núcleo, que é organizar a distribuição das disciplinas em torno da aprendizagem do aluno, não será atendido. A escola gira em

outro eixo gravitacional, o eixo gravitacional equivocado. Isso não é valorizar o professor. Valorizar o professor não é colocá-lo no banco de reserva onde ele não possa atuar, é colocá-lo numa escola onde ele possa trabalhar.

E nós fizemos isso, este ano, porque nós não demos, pela primeira vez em muitos anos, nenhuma orientação autoritária para os professores sobre o seu trabalho. O professor é autônomo para decidir sobre a aprovação e reprovação de aluno. Isso é fundamental para valorizar o profissional, se o sujeito faz o seu trabalho e, ao final deste, tem um veredito e a secretaria diz que seu veredito não vale, vale o que eu, do meu gabinete, quero determinar, isso é o fim da profissão de professor.

Então, nós valorizamos sim, e não foi feita nenhuma intervenção no que foi decidido pelo professor com respeito aos alunos. Isso é fundamental para gerar a responsabilização sobre meu trabalho. O meu trabalho de professor cuido eu, eu determino, eu sei o que é e o que não é, e eu tenho que ser respeitado por isso. E isso foi garantido.

Bom, com isso, então, dou o caráter de por que esse movimento é importante, que é o de fazer o planejamento dentro da escola, para que a escola finalmente se organize em torno do que ela tem que se organizar, que é a vida do aluno. A demanda de infraestrutura é absolutamente legítima, e pedi aqui o apoio desta Casa para que possamos melhorar essa estrutura com recursos adicionais, que são recursos do BID. Sempre Porto Alegre tem uma melhor condição de pagamento, nós não teremos acesso a esses recursos e não faremos as reformas das nossas escolas, elas vão custar mais de R\$ 200 milhões e nós precisamos desse recurso, sem ele não é possível fazer. Nós estamos em vias de consegui-lo, mas precisamos do apoio de vocês.

Sobre os vice-diretores, é muito interessante que se traga essa demanda, e eu esclareça aos vereadores o que aconteceu. Nós realmente informamos a 24 diretores que a eleição que os levou ao cargo tinha sido feita equivocadamente, havia uma ilegitimidade no pleito. Eu vou explicar em termos eleitorais para que esta Casa entenda. Em algum momento, o Tribunal Eleitoral define que Porto Alegre tem “x” habitantes, portanto terá “x” Vereadores. Se alguém decide, a despeito do Tribunal, que Porto Alegre tem “x mais habitantes” e, portanto, terá mais três Vereadores, elegendo-se os três Vereadores, o Tribunal virá dizer que esses três Vereadores foram eleitos ilegalmente. Alguém definiu o número de alunos – voltando à escola – que tinha na escola, o número de vice-diretores que ela tinha que ter, e alguém disse que não era esse número, e esse alguém era da Secretaria, que não tem incumbência para isso, portanto esses 24 professores estavam ilegalmente empossados, estavam recebendo remuneração indevidamente, e era um ato de ofício fazê-lo. Nenhuma ação judicial reverteu a decisão que nós tomamos, para mostrar que ela foi uma decisão correta, e eu não tenho nenhum problema em explicar isso.

Sobre a repetição de alimentação, nós temos um setor de nutrição na Secretaria que é reconhecido nacionalmente pelo seu cuidado. É muito inadequado que o aluno se alimente mais de uma vez... Se ele se alimentar mais de uma vez é porque nós planejamos mal a alimentação. A obesidade é um problema que precisa ser contido com planejamento, com boa alimentação...

(Manifestação nas galerias.)

O SR. ADRIANO NAVES DE BRITO: Por favor, respeitem-me, porque estou falando ainda.

Nós compramos alimentos orgânicos, compramos carne de frango, carne de primeira qualidade, porque os nossos nutricionistas exigem, há sempre uma demanda para que a gente diminuía os gastos com a alimentação, e nunca o fizemos, e nunca o faremos. Isso não significa que não tenhamos cuidado com a alimentação dos nossos alunos. A repetição só pode ocorrer quando justificada, senão vai levar à obesidade, à desinformação, à deseducação alimentar.

(Manifestação nas galerias.)

O SR. ADRIANO NAVES DE BRITO: Sobre segurança nas escolas, é um tema caro. No ano passado...

(Manifestação nas galerias.)

O SR. ADRIANO NAVES DE BRITO: Por favor, contenha-se, professora. Contenha-se! Eu estou falando, seja educada e respeite a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Por gentileza, eu pediria às galerias só um minuto para nós concluirmos aqui. Agradeço.

O SR. ADRIANO NAVES DE BRITO: Segurança é um termo muito importante nas escolas, a insegurança extrapola obviamente o tema da Secretaria de Educação, mas um dado importante é que as nossas escolas não têm portaria, não têm funcionamento de portaria. Não é um guarda que vai fazer o trabalho de portaria, não pode ser, o guarda não pertence à escola. Então nós projetamos um orçamento, portarias para as 99 escolas, estamos em processo de licitação disso e esperamos que, muito em breve, se as crianças do Município não impedirem, nós teremos, em todas as escolas, portaria durante o período todo em que elas estiverem atendendo.

Um último dado para fechar, nós tivemos, no ano passado, seis mil e poucas vagas de matrículas no EJA, portanto, não impedimos nenhuma matrícula, agora, nós fizemos, sim, a centralização das matrículas, porque nós precisamos ter vagas no EJA, mas não salas com três alunos. Nós precisamos controle para que seja eficiente o uso dos nossos recursos humanos. EJA continuará existindo em 33 escolas, as matrículas voltarão a ser abertas, e nós temos um processo agora de discussão com as direções, porque as aulas recém terminaram por causa da greve longa que nós tivemos. Eu agradeço muito a oportunidade, volto a esta Casa com prazer sempre que for chamado, porque eu acho muito importante que esta discussão sobre a educação se fortaleça e seja capaz de entrar nos meandros necessários. É complexo o tema e ele precisa ser feito

com base em informações corretas e enriquecidas. Muito obrigado a todos, muito obrigado a vocês.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Senhoras e senhores, muito obrigado. Agradeço a presença dos cidadãos e cidadãs porto-alegrenses que vieram a nossa Casa no dia de hoje, são sempre muito bem-vindos. Agradeço especialmente a presença das professoras e dos professores e agradeço a presença do Exmo. Sr. Secretário Municipal da Educação, uma das pastas mais caras e importantes para qualquer governo, Adriano Naves de Brito. Obrigado, por estar aqui e ter prestado os esclarecimentos necessários.

Suspendo os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h11min.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein – às 16h12min): Estão reabertos os trabalhos. Srs. Vereadores, há poucos dias nós fizemos uma visita à trincheira da Av. Ceará. Nós recebemos um convite do Sr. Prefeito, e eu quero convidar todos para amanhã, às 9h, comparecerem a uma solenidade no Paço Municipal, para a assinatura do contrato com o Banrisul, que vai permitir a retomada das obras que estão paralisadas em Porto Alegre, muito especialmente aquela obra. Esta Presidência comparecerá, e eu gostaria de estender o convite aos Vereadores que lá desejem estar. Eu espero que logo em seguida as obras possam ser retomadas. O projeto do financiamento foi aprovado aqui na Câmara, Ver. Cassiá. Permite a contratação com o Banrisul e com outros órgãos financeiros. Infelizmente, as contratações internacionais, por força da mudança do critério do Governo Federal, parecem-me que ainda estão trancadas.

Aprego Memorando nº 009/18, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação no evento “Reuniões do Cofeci – Conselho Federal dos Corretores de Imóveis”, no Paraná, nos dias 21 a 22 de fevereiro de 2018.

O SR. FELIPE CAMOZZATO (Requerimento): Sr. Presidente, requeiro a gentileza de prestar solidariedade, fazendo um minuto de silêncio, pelo passamento, neste domingo, do professor Erci Zortéa Lovison.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Sr. Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, público que acompanha a nossa Sessão nesta tarde e aqueles que acompanham pelo canal 16. Eu queria aproveitar esse período de Grande Expediente, no qual temos um tempo muito especial de 15 minutos, para apontar um assunto de extrema importância e que deixa muito a desejar na Cidade de Porto Alegre, que é o atendimento à saúde da população. Nós sabemos que o Governo Municipal, no ano passado, abriu dois prontos atendimentos em horário estendido, isso é, das 19h às 22h. Um se localiza lá na Antonio de Carvalho e o outro é o Centro de Saúde Modelo. E nós percebemos, através de visitas especiais a esses lugares, que a situação é muito delicada, na medida em que chega o horário da tarde, quando essas fichas são distribuídas às 17h30min, e às 19h, quando abre o atendimento, não existem mais fichas ou oferta de atendimento à população. Quando o Governo Municipal lançou essa ideia, era para ser portas abertas. Vocês vão verificar no vídeo que vou colocar aqui, eu pediria a gentileza de iniciarem a exibição do vídeo de uma visita que fiz no Centro de Saúde de Modelo.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. ALDACIR OLIBONI: Pois então, deu para os colegas Vereadores e Vereadoras perceberem que o pronto atendimento, o horário estendido aqui na Centro de Saúde Modelo necessita de enorme ampliação e de uma qualidade de gestão, porque na medida em que o Governo Municipal cria um novo serviço, das 19h às 22h, e ele não fica de portas abertas até as 22h, e eu entendo que seja quase impossível ficar, porque a demanda é muito, mas muito maior do que a oferta. Vocês perceberam ali que apenas duas entrevistas após a minha manifestação são de cidadãos que foram deslocados de outras unidades de saúde; ali, a grande maioria veio de outras unidades de saúde, porque lá não conseguiu atendimento ou não conseguiu a continuidade do atendimento, isto é, um exame laboratorial, de raios X, uma tomografia ou uma ecografia, nem a possibilidade de ser encaminhada para um especialista, Ver.^a Mônica. Não há outra forma, o Prefeito Municipal de Porto Alegre tem que criar a central de especialidades. Em não criando a central de especialidades, tem que comprar no mercado, com as clínicas ou hospitais filantrópicos, os exames que a continuidade do atendimento do cidadão exige. Nós apelamos, fizemos aqui uma manifestação – que é atribuição do Vereador, a de fiscalizar os serviços públicos da Cidade – para poder ver o que a população está dizendo, e aí está a prova disso, Ver. Carús. Não é justo que a população fique desde a manhã, ou a partir do meio-dia, até às 17h para receber uma ficha, para ser atendido a partir das 19h. Vai ser atendido até às 19h, mas e depois? Vai continuar o atendimento ou a priorização do atendimento? Não há gestão da saúde pública em Porto Alegre, é tudo paliativo.

Nas unidades de saúde, na sua grande maioria – tanto no Programa de Saúde de Família como nas unidades de saúde –, faltam profissionais. Eu queria aqui falar de dois documentos que eu recebi: do Sindicato Médico e do Coren. O Sindicato Médico chega a dizer que faltam 215 médicos, no mínimo – 215 médicos! –, e que foram fechados, em 2017, 185 leitos em Porto Alegre – em Porto Alegre! Isso não é pouca coisa. O Coren nos informa, pessoal, que, em alguns hospitais, o número de profissionais que falta é assustador, por exemplo: no HPS, faltam 31 enfermeiros e 117 técnicos de enfermagem; no Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, 30 enfermeiros e 57 técnicos de enfermagem; nas unidades de saúde das gerências distritais que envolvem todas as unidades de saúde, no programa da saúde da família, são 465 enfermeiros e 494 técnicos de enfermagem. Os senhores acham que com a falta tamanha de profissionais conseguirão ter resoluções lá na unidade de saúde ou na estratégia da saúde da família? Claro que não! São milhares de cidadãos que hoje não conseguem atendimento, principalmente com especialistas. A demanda em 2016 não conseguiu em torno de 80 mil consultas com especialistas, agora já está em quase 100 mil! São 96 mil consultas represadas em especialistas! Agora, um pequeno pronto-atendimento, com horário estendido, vai resolver o problema? É claro que não! Onde está o programa das UPAS? Onde está o programa que o próprio Governo lançou das clínicas de família? Onde estão os pronto-atendimentos? Todos estão com dificuldades! A Comissão de Saúde, quando o Ver. Carús era Presidente, visitou quase todas! Eram enormes as necessidades. E o Governo mandou um projeto para cá, apenas para citar um deles, transformando os auxiliares de enfermagem em técnicos de enfermagem, e precisaria mais de 140 profissionais, mas ele não chamou nem 40! Nós estamos fazendo um apelo! O Secretário estará aqui, na semana que vem, fazendo uma prestação de contas do último quadrimestre de 2017. Mas ele vai falar das dificuldades que ele tem? Eu tenho dúvidas! Ele mesmo tem que dizer por que não ampliou ou não resolveu o problema da saúde em Porto Alegre; por que o próprio Prefeito, quando candidato, fez uma série de propostas miraculosas, quase impossíveis, mas que ele ia fazer. Uma delas era sobre os quatro pronto-atendimentos com horários estendidos, e até então só temos dois com falta de muitos profissionais para atender essa dura realidade. É lamentável! Nós percebemos a importância que tem esse atendimento com as portas abertas. Mas, infelizmente, o Governo Municipal não implementou colocando profissionais para atender essa demanda que a população exige e merece.

O Sr. Dr. Thiago: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.)
Ver. Oliboni, V. Exa. tem toda a razão, principalmente nessa temática que fala dos técnicos de enfermagem. Por solicitação do próprio Secretário da Saúde, nós fizemos um esforço coletivo e aprovamos, em duas semanas, o projeto da criação de cargos, porém, até agora, esses profissionais estão aguardando para serem chamados. Não foram chamados. Há mais de 70 vagas no Portal Transparência. E se soma a isso o fato de nós termos locais como o HPS, o HPV e até algumas ambulâncias do SAMU, que estão deixando de funcionar por falta de servidores. Há uma necessidade urgente de que

sejam retomadas essas nomeações e que isso seja priorizado, inclusive, em relação a possíveis nomeações de cargos comissionados.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Muito bem, Ver. Dr. Thiago. De fato, é exatamente isso que o nobre Vereador coloca, mas, mais do que isso, eu queria salientar mais um caso. Nós aprovamos um projeto de lei para que os agentes comunitários de saúde recebessem um incentivo em julho e em novembro. Vocês acreditam que hoje – nós já estamos em fevereiro de 2018 – eles ainda não receberam o incentivo? O Governo Municipal diz que isso é um incentivo bancado pelo Governo do Estado. Mas cadê a pressão da atual gestão para fazer com que o Executivo Estadual cumpra uma lei nacional, estadual, municipal, para poder dar esse apoio financeiro? Sem contar com a questão da insalubridade, que, até então, se eu não me engano, não receberam! São muitas as coisas que a gente poderia citar, mas nós queremos dizer que a população de Porto Alegre está muito distante do ideal, mas muito distante mesmo de um atendimento humanizado, adequado e merecido pelos impostos que paga.

Fizemos desta tribuna o nosso apelo para que as pessoas não se escondam, para que as pessoas trabalhem, afinal de contas, a população deu um sinal de crédito, de confiança, mas, infelizmente, o Governo Municipal deixa muito a desejar, mas muito mesmo, está muito distante do que a população exige e quer. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Alvoni Medina está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. ALVONI MEDINA: Boa tarde, Presidente Valter Nagelstein; Vereadores e Vereadoras; povo que nos assiste pela TVCâmara; quem está aqui nas galerias e demais pessoas. Vou relatar aqui, Presidente, uma visita que eu fiz no dia 6 para tratar de assunto com relação às pessoas com deficiência, situação que me deixou muito preocupado.

Como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Porto Alegre propus uma visita técnica nos terminais de ônibus e arredores da Av. Osvaldo Aranha. A ideia surgiu após uma reunião da Frente Parlamentar, quando representantes de diversas entidades ligadas à deficiência visual e física relataram dificuldades de locomoção e autonomia nessa região, após as obras de melhorias. Confesso aos nobres colegas que, ao visitar o local, mais uma vez o lema da convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência, que é “Nada sobre nós, sem nós”, se evidenciou, ou seja, as representações como conselhos, entidades ligadas às pessoas com deficiência não foram consultadas previamente a fim de avaliarem as intenções de melhorias propostas em seu benefício. Quer dizer, foram feitas melhorias, mas infelizmente não consultaram as pessoas que deveriam ser consultadas. Aproveito para usar aquela velha expressão popular: uma imagem vale mais que mil palavras. Deixarei alguns registros de depoimentos para vocês assistirem neste momento.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. ALVONI MEDINA: Senhoras e senhores, nessa visita que fizemos lá, realmente, fiquei muito preocupado, e após essas imagens, creio que não será necessário nos apontar alguns equívocos existentes na exibição dessa obra.

Sabemos também que a maneira de fazer acessibilidade favorável a cadeirantes, muitas vezes, não é positiva para deficientes visuais. Algumas obras foram aparentemente executadas de acordo com as respectivas normas técnicas. Ainda assim, pessoas com deficiências visuais, presentes na vistoria, fizeram várias ressalvas a elas.

Esse fato conduz às peculiaridades muito específicas no que diz respeito à acessibilidade para PCD. O entendimento é como deve ser realizada a acessibilidade, tem grandes variações entre as PCD e os técnicos que conseguem a execução. Após a vistoria da Acessibilidade, a Frente Parlamentar enviará um relatório ao Executivo com a participação das entidades que acompanharam a atividade.

Eu quero aproveitar aqui e fazer também o desafio para os nossos nobres Vereadores e Secretários que concluíram essa obra, para fazermos uma próxima visita a esse local, fazermos essa travessia de olhos vendados ou, então, de cadeiras de roda para vermos a grande dificuldade dessas ao ultrapassarem esse corredor.

Eu estive ali, nobre Presidente Valter, preocupei-me muito, a obra aparentemente é algo especial, é algo bom, mas como, Ver. Aldacir Oliboni e demais Vereadores, essas pessoas, deficientes visuais vão passar por ali? Eu estive lá, vi a grande dificuldade das pessoas com deficiência visual. Ao longo dessa caminhada, eu observei várias outras dificuldades: não tinha placa, não tinha piso tátil mostrando como eles poderiam andar naquela região. Fico muito preocupado com isso. Nós não podemos, como Vereadores eleitos pelo povo de Porto Alegre, ver esse tipo de coisa e infelizmente ficarmos de braços cruzados. Eu agradeço o carinho de todos. Nosso Presidente, obrigado. Obrigado também à nossa equipe que esteve junto com a gente. Obrigado a todos, boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Vereador. Acho que o Ver. Alvoni, assim como o Ver. Oliboni, trazem dois temas por demais importantes. Quero apenas fazer uma observação, Ver. Medina: em vários locais da Av. Protásio Alves, uma onde fui atravessar, depois das obras do asfalto, que em tese seria para os novos BRTs, vi locais onde há a faixa de pedestre e, depois, naquele meio-fio de concreto que fizeram para os canteiros no meio da pista, não fizeram o rebaixo, para respeitar a faixa de pedestre. Então, há obstáculo no meio da faixa de pedestre. Quero sugerir aqui que, no âmbito da sua Comissão, os fiscais da obra da Secretaria Municipal de Infraestrutura sejam convidados a vir aqui. Eu acho que são os fiscais da obra os responsáveis por isso e eles precisam informar o Parlamentar se fiscalizaram ou não. Eu lhe dou o exemplo, na Av. Borges do Canto com a Av. Protásio Alves, há uma faixa de travessia de pedestre e no meio da faixa de travessia tem o canteiro. Eu falei, à época,

com o Secretário, e continua lá o canteiro até hoje. Por quê? Eu acho que a sua comissão está criada com esse objetivo, eu acho que chamar os fiscais responsáveis da Prefeitura, os engenheiros responsáveis pela fiscalização da obra e trazê-los à responsabilidade, é muito importante. Cumprimento V. Exa. pelo tema.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein – às 16h50min): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, a fim de entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Alvoni Medina está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) (Desiste.) O Ver. José Freitas está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) (Desiste.) O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Comunicações.

O SR. DR. THIAGO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, o ano vem sendo retomado, e eu sou obrigado a me pronunciar sobre uma situação com a qual realmente acho que todos nós, de todos os partidos, de todas as matizes ideológicas desta Casa, temos que nos preocupar neste ano de 2018. Eu me refiro ao que tem ocorrido na Cidade Baixa em especial. Nós temos observado situações que ladeiam a urbanidade. Realmente, a minha preocupação é que essas situações vão causar naquele contexto um sinistro grave dentro de pouco tempo.

Acho que não é assunto de um Parlamentar só. Tenho dividido isso com vários colegas, e com vários colegas – Ver. Adeli, Ver. Cassiá, Ver. Carús, Ver. Alvoni, Ver. José Freitas, Ver. Pujol, Ver. Moisés, Ver.^a Sofia, Ver. Alex – já falei em algum momento sobre isso, e já dividi com vários colegas esta preocupação, que é uma preocupação da Cidade.

Nós temos duas situações conflagradas ali: uma que é o interesse das pessoas que moram no bairro, é o interesse que hoje coaduna com o mesmo interesse dos comerciantes da região; e o outro é o interesse das pessoas que vão para lá para usufruir a noite do bairro e que não moram ali. Nós temos que coadunar as liberdades das pessoas para que a liberdade de um grupo não acabe interferindo e significando o retrocesso na vida de outras pessoas, tornando a vida de outros porto-alegrenses que moram ali realmente um inferno. E é o que a gente tem visto. A gente tem visto que isso tem repercussão no lixo da rua; a gente tem visto que isso tem repercussão com o uso de substâncias entorpecentes, drogas; a comercialização, a venda dessas drogas na rua; a gente tem visto que isso acaba influenciando no sono, no humor, na vida das pessoas, porque acabam não deixando as pessoas dormirem – essas são as ações que estão ocorrendo na rua, basicamente na rua. E também em alguns estabelecimentos, que, na verdade, não são estabelecimentos comerciais, que tiveram seus alvarás cassados pela Prefeitura, mas que depois, a partir de liminar, o Judiciário acabou liberando o funcionamento desses estabelecimentos que utilizam a rua – somente a rua – como sua

antessala, sua área privada. Então, a área privada do estabelecimento, inclusive o seu banheiro, é a rua! O que não é possível.

Então, Ver. Valter Nagelstein, que é peça fundamental, porque conhece também a matéria, é importante que nós nos dediquemos a isso neste ano, que nós possamos juntar as forças de segurança, as forças do Ministério Público, as forças do Judiciário, as pessoas que querem se divertir, as pessoas que querem viver, os comerciantes daquela região, e chegarmos a um denominador comum, capaz de fazer com que a vida em sociedade se torne factível – o que não está ocorrendo lá. Todos os Vereadores devem ter recebido, nessas últimas madrugadas, fotos e vídeos que mostram que realmente ali nós não estamos vivendo em urbanidade em Porto Alegre. Então, quero deixar registrada aqui a minha preocupação com isso, esse problema não é só da Prefeitura, é de todos nós, é da cidade de Porto Alegre, portanto, esta Câmara precisa ajudar nesse processo de construção. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Dr. Thiago. Solicito que o Ver. Mauro Pinheiro assuma a presidência dos trabalhos para que eu possa fazer meu pronunciamento.

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Srs. Vereadores, eu só queria, rapidamente, contribuir com isso na condição de Vereador, afastando-me das funções da Presidência. Era 2009 e estamos em 2018, era um caos no bairro Cidade Baixa. Nós tínhamos um problema de criminalidade enorme, tínhamos um problema de insegurança enorme. Nós tínhamos, e chegou-se a ponto de, no ápice desse problema, cancelarmos as linhas de ônibus que passavam na Av. João Alfredo nos finais de semana. Não tinha mais condições. Nós tínhamos jovens que ficavam bêbados na rua, tínhamos problemas de fezes e urina por toda as imediações. Nós tínhamos um problema muito grave de pequenos delitos, tráfico de drogas e outros. E tínhamos um problema de graves delitos com assaltos e latrocínios na região, além de disputa do tráfico, boca de fumo. Eu era Secretário da Indústria e Comércio. Verificou-se um outro problema que é a polarização, segundo o Plano Diretor. O Ver. Dr. Goulart, que foi Secretário, sabe o que é isso. Quando uma casa noturna tira um alvará de casa noturna, num raio de 150 metros as outras casas noturnas não podem tirar o alvará de casa noturna. Não podem nem sequer processar um EVU, por que o EVU vai ser indeferido, de tal forma que 95% das casas noturnas que estavam concentradas, especialmente, na João Alfredo eram irregulares. Nós estávamos no limiar, e posso citar uma, duas ou três casas noturnas que colocavam, por final de semana, 600, 700, 800 jovens ali e que não tinham condições de

segurança para receber aqueles jovens. Nós estávamos no limiar, naquele momento de ter uma tragédia, como aconteceu em Santa Maria. Era questão de dias, e iria acontecer, infelizmente, em Porto Alegre, uma tragédia como aconteceu em Santa Maria. Chamamos todas as forças, Ver. Dr. Thiago: Brigada Militar, EPTC, Secretaria da Saúde, Vigilância Sanitária, Procon, Secretaria do Urbanismo, criamos um grupo de trabalho que teve a tarefa de criar um novo marco legal para a regularização das casas da Cidade Baixa. Começamos um processo de fiscalização. No início, Ver. Mendes Ribeiro, nós começamos a notificar e demos prazo para a regularização. Existiu um protocolo que tinha ações de acessibilidade, Ver. Medina, tinha que ver se a casa noturna tinha porta de saída, se tinha sinalização, se tinha banheiro para deficiente. Tinha um protocolo de incêndio, se tinha isolamento, e tinha um protocolo de barulho. Esse protocolo de incêndio era para saber se tinha materiais, extintores e tudo isso, e o protocolo de barulho era para saber se tinha isolamento acústico para respeitar o entorno. Ninguém é contra a noite, ninguém é contra a diversão, por óbvio, mas se o cara vai abrir uma casa noturna e vai funcionar até as quatro ou cinco da madrugada, ele precisa ter o isolamento acústico adequado para não perturbar o entorno. Isso tudo começou com um bar que ficava na esquina da Rua João Alfredo com a Rua da República e tinha um alvará para distribuidora de água mineral; ele descobriu que dava mais dinheiro, uma lógica capitalista perversa, se o senhor quiser assim, Ver. Sgarbossa: ele descobriu que dava mais dinheiro ele vender cerveja do que vender água, e começou a vender cerveja. O que ele contava? Com a impunidade, porque o cara é notificado, depois ele tem que esperar quinze dias para ser notificado novamente, depois mais três meses, e ele não era interditado nunca. E durante dois anos em que ele ficava operando, valia a pena do ponto de vista econômico, para ele, Vereador Camozzato, operar na ilegalidade. O que nós fizemos? Lançamos a maior operação de interdição e de choque de ordem na Cidade Baixa, que se chamou Operação Sossego, em 2009. Recebi uma barricada de fogo sem precedentes. Mobilização nas redes sociais, colegas aqui que fizeram passeatas, passeata na Rua Sofia Veloso, ondas e mais ondas no Instagram, Facebook e Twitter de dilapidação da imagem do então Secretário de Indústria e Comércio. O que resta para nós, políticos? Um ensinamento: eu não vou meter minha mão em cumbuca. Politicamente isso não me rende nada, e aqueles que são contra o processo, vão limar minha imagem pública. Um ano depois, Santa Maria. Era domingo, início do mês de fevereiro, não lembro exatamente que dia foi, eram onze horas da manhã, toca meu telefone, eu estava em Atlântida, atendi, e era a Rosane de Oliveira, nossa colunista, que me disse o seguinte: “Valter, estou te ligando para me solidarizar contigo, porque, no ano passado, fizeste aquela operação na Cidade Baixa, todos os que foram contra se levantaram contra ti, e aqueles que eram a favor, como eu, que sou mãe de um adolescente, silenciámos frente a tua ação. Agora todos vão cobrar dos homens públicos medidas e responsabilidades, em Santa Maria, e quando tu fizeste aquilo nós silenciámos”. É muito importante, Dr. Thiago, que a gente fale, que a gente cobre, mas a gente tem que se aperceber que nesses momentos, quando a gente vai tomar medidas que são amargas e que são impopulares, muitas forças se levantam contra nós, e eu compreendo, a partir dali, porque, muitas vezes, os responsáveis políticos que tinham

que fazer e não fizeram; eu quase perdi a minha caminhada, porque até hoje há, por aí, uma imagem de que eu era fascista, inimigo da noite, da diversão, da cultura, da música e da juventude, criada, inclusive, por colegas nossos aqui. Na hora em que acontece um incêndio ou uma tragédia, como o senhor anunciou aqui – e que infelizmente pode acontecer –, aí nos lembramos que é importante o restabelecimento da legalidade e da ordem pública. Nós temos que pensar na vizinhança, nós temos que pensar no entorno, nós temos que pensar no trabalhador que mora lá, e se nós temos que valorizar a boemia, à noite, a cultura, todas as expressões, também nós temos que pensar que é preciso, num ambiente de civilidade, conseguirmos encontrar um ponto de equilíbrio onde tudo isso conviva em absoluta harmonia e respeito recíproco. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa tarde a todos e todas, neste espaço de liderança de oposição, o tema falado agora há pouco pelo Ver. Valter é muito importante, mas nós temos um tema que eu não diria nem que é importante, ele é da essência da democracia, que está ruindo no Brasil, a partir do momento em que Temer decreta a intervenção no Estado do Rio de Janeiro. Gente, talvez há dois, três anos nós não imaginávamos que um Presidente usaria politicamente as Forças Armadas numa sequência de situações. Para lembrar, estamos na eminência da chamada Reforma da Previdência em que o Presidente Temer – se é que se pode chamar a ele de Presidente –, depois de inúmeras tentativas de compras de votos, percebe que há um levante da população espelhada nas manifestações das escolas de samba, especialmente da Tuiuti, do Rio de Janeiro; aquela faixa na entrada da favela da Rocinha e tantas outras manifestações contra um Presidente que está lá de forma ilegítima e que agora decreta intervenção no Estado do Rio de Janeiro. Ele consegue articular um tema tão importante como é a segurança, como se nós não tivéssemos tido a experiência de 14 meses de intervenção do Exército na favela da Maré. O general, que comandou essa ocupação declarou, uma semana depois de deixar a favela da Maré, disse que tudo voltou como era antes! É óbvio: a lógica de um exército não é a lógica do combate ao crime. A lógica do exército é a do combate em guerra, onde não há inocentes circulando como nas comunidades do Rio de Janeiro. Nós também tivemos o Prefeito tentando usar as Forças Armadas politicamente. Nas manifestações que houve aqui no julgamento do ex-Presidente Lula, o Prefeito Marchezan também pediu a intervenção da Força Nacional e do Exército brasileiro. O que foi negado de plano, porque, primeiro, não é da sua competência e, o mais estranho, ele sabia que não podia fazer essa solicitação. Mas se tentou usar as Forças Armadas como ferramenta política para tentar manipular a opinião

pública, para assustar a população, porque Porto Alegre seria invadida por alguém que a tomaria. Aconteceram manifestações democráticas e Porto Alegre não foi invadida dessa forma como dizia o Prefeito Marchezan. Nós estamos aqui de novo com uma cortina de fumaça que se espalha, desta vez, pelo Rio de Janeiro, dando a falsa ideia de que resolverá os problemas de segurança pública nessa cidade. É uma pena o uso das Forças Armadas para esse fim. Nós sabemos que há inúmeros pensamentos de direita, esquerda em todos os espectros da sociedade, mas nós temos que tratar o tema com, primeiro, uma referência histórica logo ali atrás, uma experiência já realizada, que foram os 14 meses de ocupação das favelas da Maré, no Rio de Janeiro, onde não houve uma diminuição, ao contrário, houve um aumento da criminalidade nos últimos anos.

Nós teríamos outras questões para falar, como a questão do aumento da passagem. As empresas estão pedindo um aumento acima da inflação, de 12%, estão colocando novamente a responsabilidade nas isenções. É bom lembrar que as isenções continuam as mesmas, elas têm crescido percentualmente, porque as pessoas têm deixado de usar o ônibus. Em 2016, 10% dos usuários de ônibus deixaram de usar o ônibus. Por que deixaram? Porque não há política de incentivo ao transporte coletivo. Marchezan acabou de perder R\$ 134 milhões na implementação dos BRTs. É a demonstração mais clara de que o transporte coletivo não é tratado com seriedade, e é por isso que as pessoas estão migrando para a moto e para o transporte individual motorizado, aumentando o percentual, não a quantidade de isenções. Essa é outra cortina de fumaça que nós temos que desvendar aqui. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra em Comunicações.

O SR. MENDES RIBEIRO: Presidente Valter Nagelstein, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos acompanha pela TVCâmara; fizemos uma visita aos permissionários, quando eu fiquei extremamente chocado com os seus relatos. Foi uma visita de campo: fomos à rua da parada da Praça Parobé, onde pudemos ver o que os permissionários e os que frequentam o Mercado Público enfrentam no seu dia a dia. Acho que esse é um problema corriqueiro para o qual temos que fazer a *mea-culpa* também. Deveríamos ter resolvido esse problema no governo passado e não resolvemos, mas nós temos oportunidade de conversar, dialogar e tentar resolver, porque o Mercado Público é o coração da Cidade; no Mercado Público as pessoas, no dia a dia, vão fazer suas compras; é espaço de lazer, de turismo, de convivência e espaço social de Porto Alegre, porque, na crise que enfrentamos, com um monte de desempregados, o Mercado Público emprega, a cada cem metros quadrados, 60 pessoas, um número muito superior ao do maior empregador da Cidade de Porto Alegre, que emprega entre seis e sete pessoas em cem metros quadrados. Lá nós ouvimos relatos sobre o esgoto, que é um problema crônico do Mercado Público; sobre o PPCI, que há muito tempo não sai, e as obras do nível superior continuam sem ser entregues para os

permissionários. Sobre a questão da violência – assalto, agressões ao cidadão na rua; sobre o uso do espaço público daqueles comerciantes ilegais que ali estão ocupando, inclusive, as paradas de ônibus, onde as pessoas não conseguem ficar. Isso é extremamente preocupante, sem falar no comércio de drogas que ali existe. Então, está na hora de a gente sentar, dialogar e resolver esse problema. O Prefeito Marchezan gosta muito de PPPs, meu líder Moisés Barboza. Por que não entregar para os permissionários o funcionamento do Mercado Público? Eu pergunto o porquê disso, porque, além de os permissionários pagarem o aluguel, eles pagam de R\$ 30 mil a R\$ 100 mil por mês a mais por mês para poder trabalhar, para poder entregar para a Cidade serviço, produto, e entretenimento. Então, acho que é uma discussão que temos que levar adiante com seriedade, porque o Mercado Público é da cidade de Porto Alegre. Temos que tratá-lo da maneira como ele merece, é um centro onde as pessoas se encontram, fazem compra. O Mercado Público é o coração de Porto Alegre, então, eu faço um apelo para que a gente trate esse assunto o mais rápido possível e que a gente possa devolver o Mercado Público à cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Gostaria de cumprimentar e agradecer a presença dos Vereadores de Guaíba, cidade vizinha: Fernanda Garcia, do PTB, Professora Claudinha, do DEM, e Juliano Ferreira, do PR – sejam muito bem-vindos! Nossa Câmara está sempre aberta e à disposição - levem um abraço aos Vereadores de Guaíba, por favor! Também registro a presença do Vereador Ornel, do DEM de Pelotas, um abraço - ele foi colega da Ver.^a Diosma.

O Ver. Moisés Barboza está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Paulo Brum.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, Vereadores e Vereadoras que nos visitam, estou retornando e tinha prometido para mim mesmo que viria *light*, mas transitam tantas coisas absurdas por essa tribuna que pedi tempo do Ver. Paulo Brum, pelo qual agradeço, para poder vir aqui fazer um contraponto à fala do Ver. Marcelo Sgarbossa. É óbvio, pelo menos de minha parte, que eu não vou aceitar a maneira como o Governo Municipal quer alterar essas isenções do transporte coletivo. Todos sabem aqui que eu tenho me posicionado contrário ao Governo Municipal, agora, não dá para vir aqui o Vereador do PT e dizer que o transporte coletivo de Porto Alegre está na situação que está porque o Prefeito Marchezan perdeu não sei quantos milhões de reais. O transporte coletivo de Porto Alegre está como está porque o PT, quando assumiu a Prefeitura com o Olívio Dutra, no primeiro governo, fez uma intervenção desnecessária, perdeu na Justiça, os empresários foram para a Justiça e a Prefeitura perdeu R\$ 300 milhões na época. E de lá para cá – e não adianta fazer com cabeça que “não”, Ver.^a Sofia – a passagem não parou de subir. E o que os empresários do transporte coletivo fizeram? Nunca executaram a

Prefeitura enquanto o PT era Governo para poder aumentar a passagem. E quem passou a pagar essa conta foi o Prefeito Fogaça. Então, vamos com calma! É provável que cada governo tenha a sua parcela de culpa, que o Fogaça tenha a sua parcela de culpa, que o Fortunati tenha a sua parcela de culpa, que o Marchezan, que aí está, tenha a sua parcela de culpa, mas tudo isso começou lá trás com uma intervenção desnecessária que acabou no que deu: a Prefeitura condenada pela Justiça a indenizar os empresários.

Então, é bom refrescar a memória de quem sabe dessa história e esconde. E também informar aos novos Vereadores e Vereadoras desta Casa que existe esse passivo de 1989 para cá. Existe! Quem começou a pagar a conta, Sofia, foi o Fogaça, os empresários nunca executaram vocês para poder aumentar o preço da passagem. Foi um prejuízo de R\$ 300 milhões só a dívida principal, fora juros e correção. E eu não estou acusando o PT, estou dizendo que houve isso. Não dá para desconsiderar isso, isso é um fato.

Segunda coisa que quero dizer aqui: ouvi vários discursos sobre a intervenção na segurança do Rio de Janeiro, passei minhas férias lá. E eu li no jornal Zero Hora hoje o ex-Governador Tarso Genro, a quem eu respeito, escrevendo que o Exército é preparado para a guerra. Eu quero comunicar ao ex-Governador Tarso Genro que o Rio de Janeiro está vivendo uma guerra. O Rio de Janeiro vive uma guerra civil e é preciso essa intervenção na segurança, porque o criminoso que está no morro, Ver.^a Sofia, olha para o asfalto e vê lá: o Governador está preso, os outros dois Governadores com tornozeleira eletrônica, o atual Governador está sendo investigado, o Presidente da Assembleia está preso, o Líder deles lá no Rio, Eduardo Cunha, está preso! E o vagabundo vai e faz! Infelizmente, a polícia do Rio de Janeiro, parte dela se corrompeu.

Então, é necessário, sim, essa intervenção na segurança, as pessoas não conseguem sair, não conseguem viver o seu dia a dia, não conseguem ir no banco pagar as contas, não conseguem ir no bar da esquina! Não conseguem!

Então, não me venham com esse papo aqui de direita, de esquerda, de centro, isso é humanitário, isso não tem política, não pode ter posição política! É intervenção sim, e muito bem-feita, que os vagabundos não respeitam ninguém! Não respeitam ninguém!

Mas aí, é o que eu disse, a imagem que eles têm daqueles corruptos do Rio de Janeiro, que conseguiram quebrar o Rio, liquidar com o Rio e liquidar com paz dos moradores do Rio! Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, hoje, parecia que seria um dia bem tranquilo, queria saudar os nossos visitantes, colegas de Guaíba, de Pelotas. Pelo jeito, começou a esquentar, são dois

temas importantes para a nossa Cidade: mobilidade urbana – questão do transporte –, e a questão da segurança pública.

Vejo notícias de que o Governo Federal irá atacar em relação à questão da segurança pública: seja ela na Copa do Mundo, Olimpíadas ou políticas de pacificação. Agora nós estamos vendo um projeto do Governo Federal de levar a pacificação para o Rio Janeiro. Eu me questiono: para onde isso irá? Está lá no Rio de Janeiro, esteve na Copa do Mundo, esteve nas Olimpíadas, criaram as polícias de pacificação, uma série de coisas no Rio de Janeiro. Só que nós vimos em outras cidades aumentar a criminalidade. Hoje, com avanço das comunicações, já me pergunto – quando saiu a notícia de que Governo Federal tomaria essa decisão, quando anunciado pelo Presidente da República, juntamente com o Governador do Rio de Janeiro, com todas as forças políticas que lá estiveram, e, lá no início, o comandante da Região Sudeste disse que ia se levar um período para se adaptar e remontar as políticas: será que os criminosos já não estão se organizando para ir para outros Estados? Quando houve essa política há um ano e meio, dois anos, presenciamos vários tiroteios nunca vistos aqui na cidade de Porto Alegre, no Pronto Atendimento da Vila Cruzeiro, na Bom Jesus, em vários outros lugares aqui em Porto Alegre. Nesta tribuna, eu disse muitas vezes que isso não era aqui do Rio Grande do Sul, os ataques que víamos na nossa Cidade, em outras cidades, grandes cidades no Rio Grande do Sul não era bandidos do Rio Grande do Sul, não era uma política dos nossos bandidos. Eu questiono se isso não vai acontecer em outras cidades, porque o crime é organizado. A gente vê seguidamente em várias reportagens a forma como o crime se organiza no Brasil. Eu trago essa reflexão para pensarmos muito bem, a notícia aparece, o Presidente foi à fronteira com a Venezuela e fez uma notícia, mas continua o problema. Mais de 800 imigrantes entrando diariamente no Brasil, vindo da Venezuela. Eu não vi uma política do Presidente de falar para os países acabarem com o que está acontecendo na Venezuela. É uma política que sacrifica o povo, uma política em que as pessoas não têm acesso a nada e vêm para um país que tem 23 milhões de desempregados, para procurar emprego. Se não tem emprego para o nosso povo, vai ter emprego para esses venezuelanos que entram diariamente no Brasil? Então, não adianta depois colocar o Exército na Região Norte do Brasil, Ver. Moisés, que me ouve atentamente, para combater a criminalidade. A criminalidade vem de vários pontos, a droga é um ponto forte da criminalidade, o desemprego é outro ponto forte, a falta de oportunidade é outro ponto forte da criminalidade, a discriminação... E o que nós vimos ocorrer na Venezuela é punir o povo venezuelano com embargo econômico. Não pode punir o povo, tem que punir o governante que não está fazendo nada. E isso a gente não ouve uma palavra do Governo brasileiro, de nenhum outro governante, de dar um basta nesta política de ceifar o povo venezuelano que vem maciçamente para o Brasil, enfileirar e aumentar os nossos cinturões de pobreza. E na questão do transporte de Porto Alegre, teremos grandes discussões, não somente aqui nesta Casa, mas em vários pontos da cidade de Porto Alegre, com certeza, nas ruas, nas praças, nas esquinas, nas garagens de ônibus de Porto Alegre para discutir a questão do transporte que nós queremos. E não é de agora, não é nesta Administração, é um transporte que está devendo muito para a população de Porto Alegre há muito tempo,

está devendo um transporte de qualidade, um transporte seguro, um transporte em que realmente as pessoas não precisem ficar duas horas e pouco dentro de um ônibus. Agora, nunca nos esqueçamos que quem deu a gratuidade para as pessoas de Porto Alegre foi o Poder Executivo, não esta Casa. Esta Casa discutiu, debateu; agora, quem pode dar as isenções é o Executivo. Então não cabe a esta Casa tirar direito de ninguém, e a isso esta Casa não vai se furtar de discutir o que foi dado para as pessoas num momento tão difícil como as famílias estão passando agora, com milhões de pessoas desempregadas, e não será esta Casa, com certeza, que irá tirar o direito das pessoas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Cláudio Janta. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, que bom que, por enquanto, está sendo de uma maneira bastante desapaixorada este início de debate sobre a intervenção militar para resolver segurança do Rio de Janeiro. Eu quero continuar este debate.

Nós, sábado de manhã, estivemos num mutirão que moradores e lideranças da Vila Cruzeiro/Cristal fizeram numa escola na frente do Postão da Cruzeiro, a Escola Alberto Bins, que o Governo do Estado resolveu fechar. Fechou e disse que não vai funcionar mais. É uma escola recém reformada pelo Governo anterior, ao lado de uma Escola Infantil do Município, recém construída.

Isso é o que chamo, Ver.^a Mônica, de uma antipolítica de segurança: fechar uma escola que tinha quase 200 alunos, que poderia ser de turno integral e que poderia ser uma alternativa, ampliando atividades culturais para a nossa gurizada da Vila Cruzeiro.

Eu quero dar este exemplo para dizer que está provado no Rio de Janeiro que intervenção militar só não resolve. Quem fala isso é o ex-Chefe da Polícia Civil do Rio, de 1995 a 1997, dizendo que o emprego das Forças Armadas no Rio de Janeiro já se mostrou ineficiente a longo prazo.

Outro especialista, Michel Misse, de 66 anos, o Coordenador do Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflitos e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ver. Bosco, fala sobre duas questões. Se for pelos indicadores de violência outros Estados têm indicadores mais altos e mais brutais que o Rio de Janeiro, no caso o Ceará. Ele cita o Ceará como um dos Estados com situação mais grave. E afirma ele, que é um estudioso e que é do Rio e que é da Universidade, que as facções que existem pelo País não vieram do Rio, mas do sistema penitenciário, que o adequado seria falar do sistema penitenciário. A impressão é de que se trata de uma forma de passar uma ideia apenas de que o Governo está resolvendo. O que me parece brutal é que o Governador do Rio de Janeiro, ou ele renuncia, ou ele diz “não” à intervenção do Rio. Porque, na prática, o que vai acontecer é que ele vai dividir o poder com um general do

exército e ficará submetido a decisões que não dependerão dele. Para segurança a gente sabe que ao existe fórmula simples. Quem sou eu para dizer que não tem que ter uma atitude ostensiva muito forte no Rio de Janeiro? As UPPs do Rio foram planejadas, funcionaram e diminuíram a criminalidade, diminuíram as mortes pela ação da própria polícia, pelos tiros, mas elas foram datadas, Ver. Aldacir Oliboni, quatro anos de altos investimentos em recursos, inclusive recursos financeiros. É óbvio que o Rio de Janeiro vive um colapso, como bem disse o Ver. Bosco, um colapso político, um colapso moral de corrupção dos principais governantes, da Assembleia Legislativa do Rio; mas também é óbvio que a solução para a segurança, e não só do Rio, mas também de Porto Alegre, do Ceará, dos vários estados assolados pela morte, como uma condenação sem processo judicial... O Brasil vive com condenação à morte 50 mil, 60 mil pessoas por ano; e isso tem relação com drogas, com o sistema penitenciário, mas tem relação com a hipocrisia da sociedade brasileira. Com relação à questão do uso de drogas, as pessoas de bem usam drogas, as pessoas de bem compram drogas, compram maconha, compram cocaína e financiam esse sistema de morte do País. E essa situação da droga é que tem que ser discutida - essa é uma delas, assim como o sistema penitenciário - de forma séria, de forma aprofundada. A regularização do uso de drogas, a taxação terminaria com o sistema paralelo, com o sistema de guerra que subjaz a sociedade e é sustentada, infelizmente, por quem se queixa e por quem repudia a violência. Portanto, não há solução simples, a pior da solução é uma intervenção que tira o poder da democracia para resolver os seus problemas, e o principal problema é o da violência. Então, eu gostaria de dizer que o caminhão é outro. É óbvio que aqui em Porto Alegre nós estamos vivendo tiroteios, como o Ver. Janta disse aqui há pouco, e eu encerro dizendo que tem que ver com o desmanchar das nossas áreas de segurança, com as nossas áreas da paz, que era a presença policial, mas era política pública para a juventude, para a população da periferia, que essa, sim, é a verdadeira vítima da violência e das ausências de políticas corretas para a Segurança Pública.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. MÔNICA LEAL (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Mônica Leal. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h36min.)

* * * * *